



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

**Nós, Perversos? Reflexões Psicanalíticas Sobre a Temática da Perversão na Pós-
Modernidade**

André Luís Escouto Teixeira

BRASÍLIA-DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

**Nós, Perversos? Reflexões Psicanalíticas Sobre a Temática da Perversão na Pós-
Modernidade**

André Luís Escouto Teixeira

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Ileno Izídio da Costa

BRASÍLIA-DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA

EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ileno Izídio da Costa - Presidente
Universidade de Brasília - UnB

Profa. Dra. Tânia Inessa Martins de Resende - Membro Externa
Centro Universitário de Brasília - UniCeub

Prof. Dra. Marcia Cristina Maesso – PPG-PsiCC
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Maurício da Silva Neubern – PPG-PsiCC – Membro Suplente
Universidade de Brasília – UnB

Brasília, Novembro de 2019.

*Não somos além-morte; à vida a morte é fazer.
Não somos além tempo; relativo, não fará mais que perecer.
Tampouco ídolos, incólumes; sob a angústia dos homens ainda há a tecer.
O que somos?
E assim faz respostas àquilo que de melhor possamos ser.*

A.L.Escouto

AGRADECIMENTOS

À todas as pessoas que fizeram parte do percurso, deixaram pedaços de si que servem para compor um todo. Essas eu com certeza agradeço. – E as que permanecem, continuo a agradecer.

A Loryne Viana, minha querida amiga, sem a qual o apoio, fundamental orientação, e toda a troca sincera, esse projeto não seria possível.

A Natan Fontes, meu velho amigo, de cuja família tenho a honra de me sentir parte.

A Ane Beatriz, minha irmã, onde um apoio familiar foi redescoberto.

A Tabata Gerk, fiel companheira e parceira nessa jornada, cuja presença foi mais do que fundamental.

A Ileno da Costa, cujos direcionamentos foram imprescindíveis.

A Elisa Walleska, cujos ensinamentos foram de real necessidade para toda uma mudança.

A Karoline Cussolim, amiga de quem sinto saudade, cuja sabedoria tocou este texto.

A minha família, por conceder as condições de acolhimento, necessárias para que todo o processo fosse possível, ainda que um privilégio para poucos. Sou grato.

Aos meus alunos e alunas, com os quais tive a oportunidade de criar e recriar, de ver e rever tantos processos e teorias. Me sinto privilegiado por tudo que compartilhamos!

Às minhas amigas Amanda Balbino, Kênia Miranda e Aimê Giusti, agradeço pelo apoio, incentivo, motivação e animo nas horas difíceis. Foram empurrões mais do que necessários para que a coisa acontecesse.

Finalmente, agradeço à minha jornada, pessoal e acadêmica, e as experiências que pude acumular, já que esse trabalho tem muito mais de mim do que eu gostaria de admitir. À todo um processo de busca interior e exterior, e ao universo de pessoas e possibilidades que me proporcionaram – e proporcionam – tal evolução.

Teixeira, A.L.E (2019). *Nós, perversos? Reflexões psicanalíticas sobre a temática da perversão na pós-modernidade*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

RESUMO

O conceito de perversão na literatura ‘psi’ – psicopatológica, psicanalítica e psiquiátrica – possui inúmeras divergências e sinuosidades ao longo dos séculos, perpassando discursos morais, religiosos, positivistas e psicanalíticos. – de Sade à Freud e Lacan. Na pós-modernidade, observamos a emergência da economia de mercado, de um produtivismo e consumismo excessivos, os quais produzem objetos de gozo, dotados de materialidade, ainda que esvaziados, entregando aos sujeitos uma ilusão da possibilidade de viver sem falta através do consumo, o que pode ser associado à perversão e ao fetiche psicanalíticos. Este trabalho teve como objetivo revisar as principais categorias da temática da perversão na literatura psicanalítica, buscando tecer um estudo compreensivo, utilizando elementos da sociologia e da filosofia, tendo como foco último a análise da hipótese de uma nova economia psíquica, onde sintomas, defesas ou comportamentos perversos podem compor a pós-modernidade e trazer uma nova forma de se subjetivar, bem como do pensar a clínica da perversão no contexto da emergência da sociedade de consumo e do produtivismo. Onde o laço social entre os humanos se desfaz e o discurso capitalista promove novos objetos de fetiche através do “consume!”, dotados de uma materialidade ilusória, estudar a perversão por uma ótica plural e interdisciplinar se faz mais do que necessário. Os perversos não são os monstros que nos fizeram imaginar, mas o nosso negativo indissociável, a possibilidade de passagem ao ato de nossa perversidade fantasiada. Para que possamos pensar uma clínica do sujeito que comete atos de perversidade, existe a necessidade do afastamento das conotações abjetas e horríveis que perpassam o conceito, bem como da glamourização do sujeito que comete tais atos.

Palavras-Chave: Perversão, Psicanálise, Pós-Modernidade, Fetiche.

ABSTRACT

The concept of ‘perversion’ in the psychopathological, psychoanalytical literature has numerous divergencies in centuries of studies, going through moral, religious, positivist and psychoanalytical approaches. – from Sade to Freud and Lacan. In post-modern society, we observe the market economy, the high productivism and consumerism, which enables new objects of *jouissance*, surplus joy. Those objects come embedded with materiality, the illusory possibility of bringing completeness in everyday life, through consumerism. This process is similar to the formation of fetishism and perversion in psychoanalytical theories. This study had as objective to review the categories of perversion in psychoanalytical literature to compose a comprehensive essay about the theme. Using elements of sociology and philosophy to aid in this analysis we hypothesize a new psychic economy in the emergency of post-modern society, where symptoms and defenses might compose a new form of subjectivity based on structural perversion. We conclude that perversion is our everyday life, as an inextricable part of ourselves, not to be marginalized or to be seen as something evil or to put aside. The social bonds between humans might have become fragile and fetichized in the capitalist society, giving ourselves an excess demand for objects of *jouissance*. There is still need of a bigger study about perversion, going deeper in its philosophical and semantical approaches, as well as think the clinical practice of the individual who commits acts of perversion.

Keywords: Perversions, Fetishism, Psychoanalysis, Post-Modernity

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Uma Breve Retomada: Aberração, Perversidade, Patologia ou Perversão?	16
2.1. Uma Perversão: Pulsão, Polimorfia Sexual e Liberdade	22
2.2. Pulsão de Morte	25
2.3. Freud e a Perversão-Polimorfa.....	26
3. Uma (Outra) Perversão: Defesa, Fetiche e Repetição	32
3.1. <i>Verleugnung</i> : Negação, Desmentido	32
3.2. A Perversão Segundo Lacan	37
3.3. A Instrumentalização da Perversão: A Erotização Atuada de Uma Defesa	44
3.4. Montagens Perversas	50
3.5. Neuróticos-Perversos ou Perversos-Neuróticos?	61
4. Pós-Modernidade: Um Período do ‘nós sem Nós’?	68
4.1. Uma Arma do Mercado	70
4.2. Mais sem ‘Menos’-de-Gozar	72
4.3. Laço Social e a Lógica Consumista	75
4.4. Os “Senhores do Nada”	81
5. Conclusão	86
6. Referências	94

1. Introdução

Atualmente, a visão entre o mundo ‘psi’ – psicanálise, psicopatologia e psiquiatria – possui uma dificuldade de unificação quando o tema é a perversão. Sendo assim, qualquer *corpus* de análise e crítica sobre a visão psicanalítica da perversão precisa ser realizado com cautela, já que muitos estudos seguem a análise primeira feita por Freud (1905/2008), a qual faz uma distinção entre elementos perversos do comportamento, ou fantasias que podem ocorrer em qualquer sujeito, juntamente ao comportamento sexual ‘normal’, ou aceito socialmente como tal, e uma estrutura perversa, implicando uma certa rigidez ou fixação da organização psíquica.

Segundo Downing (2011), uma das grandes contradições da literatura psicanalítica sobre perversão é a tendência, por um lado, de negar a autenticidade do sujeito perverso, enquanto, por outro, se refere a ele como um ‘tipo’, uma alcunha, uma entidade clínica. A ideia de que, desde a sexologia, o foco do estudo sexualidade perversa foi desviado do significado do comportamento para a imputação de uma alcunha se tornou muito influente desde Foucault (1984/2014a), onde certos estudos, nas mais diversas áreas, influenciados por seu pensamento, problematizaram a prática corrente da sexologia no que se referia a diagnosticar e tratar a perversão.

Recentemente, a perversão não vem mais sendo investigada como um fenômeno patológico, tampouco como pertencente apenas ao campo clínico da psicanálise, mas como algo pertencente ao sujeito humano, à todos os aspectos da vida cotidiana, perpassando os discursos públicos e o engajamento político, revelando a possibilidade de uso da lógica perversão como uma lente para observar a pós-modernidade (Caine et al., 2017; Knafo & LoBosco, 2016; Sequeira, 2009; Lebrun, 2008; Roudinesco, 2008).

Uma vez que os supostos “perversos” possuem lugar no social, ou, ainda, tendo todos nós uma parcela de perversão em nós, recalcada, dizendo de nossa negatividade (Roudinesco,

2008; Gaspar & Braga, 2016), se impõem certos questionamentos: a sociedade contemporânea oferece mais espaço para manifestações perversas, onde a representação do desejo se encontra diminuída e a negação da castração foi trivializada?

Vivemos em uma sociedade perversa que permeia a falta de limites, a rejeição transgressora, a objetificação do outro e o apagamento do desejo através do fetichismo do consumo? Existem mais perversos nos dias de hoje, em quantidade, ou nós queremos mais de nossas perversidades, em sua qualidade moral, cruel e aberrante, retroalimentando o gozo de nossos traços sádicos e masoquistas através do outro? Todas são questões que permeiam o sujeito da clínica ‘psi’, psicológica e psicanalítica, em sua subjetividade para além de uma estruturação neurótica, psicótica ou perversa. O sujeito humano.

Vários autores (Stoller, 1975/2015; Khan, 1979, citado por Ferraz, 2015; Chasseguet-Smirguel, 1984, citado por Ferraz, 2015) argumentam sobre aspectos de ódio, agressão e alienação de intimidade que perpassam a perversão, levando a considerar o sujeito perverso não como algo horrendo ou místico, mas como um sujeito possuidor de dificuldades em várias áreas de sua vida, os quais nos auxiliarão a localizar nosso sujeito no campo psicanalítico.

Alguns autores corroboram com a ideia da perversão sexual como mecanismo civilizatório (Freud, 1917/2011) a fim de preservar a coerência e o prazer sexual, bem como a função reprodutiva, tornando tal fato como próprio do humano (Roudinesco, 2008) e sua capacidade de se adaptar ao ambiente e manter a coerência da vida. Neste estudo traremos ainda Stoller (1975/2015) por tratar a perversão como um mecanismo de defesa, uma estrutura inconsciente fantasiosa posta em ato e construída através dos anos, a fim de manter coerência emocional e preservar o prazer erótico, visando a manutenção de uma identidade sexual ameaçada pelo trauma vivenciado na infância, seja pelos cuidadores, seja por um ambiente estressor, o qual não permitiu uma continuidade do ser.

Dois pontos de vista permanecem coexistindo no campo da perversão nos estudos psicanalíticos. Por um lado, a tendência em ver a perversão como uma força transgressiva e disruptiva, perigosa, ainda que muitas vezes criativa, associada a renovação e recriação, liberdade sexual, insubordinada as pressões sociais e ao *status quo*; por outro, uma fixação, uma prática muito associada à subversão, mas com um roteiro muito bem elaborado em estar as voltas com uma compulsão repetitiva.

Outros autores (Lebrun, 2008; Dufour, 2013) serão expostos ao trazerem elementos da estrutura perversa, como a negação da falta, subtração da Lei simbólica, e a fixação em objetos de gozo, como lente para analisar uma nova forma de organização psíquica na pós-modernidade. Knafo & LoBosco (2016) trazem ainda a perversão com o uso das tecnociências, da acessibilidade à novas modalidades de gozo ao obtermos a capacidade de criar simulacros do humano para servir como vias de satisfação.

Este trabalho tem como objetivo, portanto, revisar as principais categorias da temática da perversão na literatura psicanalítica, buscando tecer um estudo compreensivo sobre as perversões. Temos como foco último a análise da hipótese de uma nova economia psíquica, onde sintomas, defesas ou comportamentos perversos podem compor a pós-modernidade e trazer uma nova forma de se subjetivar, bem como do pensar a clínica da perversão no contexto da emergência da sociedade de consumo e do produtivismo, corroborando a hipótese que alguns autores trazem (Dufour, 2003; Lebrun, 2008) acerca do tema.

É importante salientar a relevância de que, como aponta Ferraz (2017), o estudo da perversão deve encontrar um caminho que unifique todas as suas miríades, o qual tentará ser alcançado aqui. Porém, ‘ser perverso’ traz muito mais elementos a mente do que simplesmente uma análise do comportamento sexual, muitas vezes relacionado a um amplo espectro patológico, de um sujeito (Downing, 2006). Não buscamos aqui abolir ou suprimir o uso do

termo perversão, apesar de seus inúmeros problemas semânticos, mas demonstrar uma análise não patológica do mesmo.

Admitimos aqui a necessidade de uma breve contextualização histórica do fenômeno, a qual será realizada no capítulo 1, para que obtenhamos consciência daquilo que subjaz o tema e possamos admitir seu valor. Ao longo da história, a perversão foi atribuída a perturbações de ordem psíquica, conduzindo a tendências afetivas morais à do ambiente social do pervertido (Foucault, 1984/2014a), o qual foi considerado muitas vezes como mal, aberrante e doente. Nosso objetivo aqui, porém, não é a obtenção de uma solidez de diagnóstico de um suposto perverso, mas obtenção de novos elementos para analisar sintomas, defesas e ultimamente uma economia perversa na pós-modernidade, meta a qual torna indispensável esse apanhado histórico-cultural.

No capítulo 2 abordaremos as teorias psicanalíticas de perversão. Inicialmente abordaremos o estudo das pulsões como fundamental componente de um humano desejante, contendo traços como destrutividade e agressividade, sempre parcial, em direção a objetos. Caminharemos em direção a Freud (1905/2017) com o estudo da perversão como base constituinte da sexualidade humana e a perversão polimorfa, para então caracterizarmos, ainda neste capítulo, a perversão como forma de liberdade do sujeito humano.

Adentraremos o capítulo 3 com a modalidade da perversão como a fixação em uma repetição. A *Verleugnung*, como o mecanismo de negação, desmentido, onde o sujeito sabe que é castrado, mas ainda assim não quer saber da castração, e avança em direção a recuperar e questionar essa Lei. Completamos este capítulo com as teorias de Lacan (1957-1958/1999), Stoller (1975/2015) e a defesa em relação ao trauma sexual na infância, bem como os mecanismos perversos, Chasseguet-Smirguel (1984/2001), Khan(1979) e Joyce-McDougall(1978/2013), para entendermos, por fim, as montagens perversas.

Na pós-modernidade, porém, vê-se a hipótese de um ambiente social que subverte as tendências afetivas dos indivíduos pertencentes ao mesmo (Bauman, 2009), bem como suas condutas morais e sexuais, reforçando certas características que podem se assemelhar à estrutura perversa. Esse é o tema do capítulo 4, onde buscamos em Baudrillard (2007) o entendimento de pós-modernidade como a emergência da sociedade de consumo, modificando a relação do sujeito com a demanda, os objetos e a produtividade em excesso.

Um novo modo de reconhecer o outro como sujeito, a subjetividade e humanidade do outro, parece rondar. Um modo muito particular, que pode se assemelhar a um laço social com características subjacentes à estrutura perversa (Lebrun, 2008), que pode indicar ainda a dificuldade que temos nós mesmos de identificar a humanidade em nós mesmos e em nossos semelhantes. Consumir agora parece ser necessário, pois a relação ‘ter-ser’ parece estar se confundindo.

Um novo senhor parece ter sido adotado neste lugar de falta, no lugar de transcendência formador do humano (Dufour, 2008). O Outro parece não mais existir, anulando a subjetividade, formando sociedades onde o ‘eu’ é todo, sem falta, repleto da Lei, e o laço social se desfez, já que o discurso capitalista não forma laço, mas demanda; “consuma!” “goze!” (Quinet, 2012). Identificar essa nova compreensão do humano e do que nos constitui nessa categoria se faz mais do que necessário enquanto profissionais ‘psi’ que se propõem à tarefa da escuta qualificada da experiência subjetiva, e do que se constitui como adoecer neste novo período.

Trata-se de elencar a perversão não como uma hipótese diagnóstica, mas como uma série de sintomas e defesas que perpassam um sujeito, construindo uma forma de manifestação de uma subjetividade marcada por processos de desenvolvimento singulares, os quais são entendidos, em alguns autores da literatura psicanalítica, como uma estrutura psíquica, mas que também podem, na pós-modernidade, estarem presentes como uma nova forma de economia psíquica, através de traços marcantes no comportamento social e individual de cada sujeito.

Concluimos que este estudo foi uma singela contribuição para o campo da psicanálise, de difícil construção, devido às dificuldades semânticas relegadas ao termo ‘perversão’ bem como o rigor teórico exigido pela teoria psicanalítica e filosófica abordada em resumo. Vê-se necessidade de um maior aprofundamento em relação às questões filosóficas pertinentes a ontologia do ‘ser’ perverso bem como, maior definição das questões que permeiam a teorização de uma economia psíquica em torno de sintomas e defesas.

Nosso objeto foi construído neste trabalho, porém há muito o que ser buscado em futuros estudos. O tema da perversão como estrutura ainda permanece espinhoso e de delicado trato, bem como sua interface com a neurose e a psicose, possibilitando assim novas incursões teóricas sobre o tema.

2. Uma Breve Retomada: Aberração, Perversidade, Patologia ou Perversão?

A natureza do fenômeno denominado ‘perversão’ tende a vir acompanhada de seus problemas. Não seria foco de uma dissertação, ousamos dizer, fosse o contrário. Comumente, quando ouvimos falar de “perversão”, naturalmente buscamos o campo semântico para significar algo abjeto, horrendo, cruel. É comum ainda associarmos perversão com o seu negativo moral, a perversidade.

Remetendo-nos as origens deste termo, vamos ao latim, onde temos *pervertere*, o ato ou efeito de perverter, tornar-se perverso, corromper, desmoralizar, depravar, alterar. A tradução aqui, por si só, já traz, neste primeiro momento uma introdução ao tema, uma vez que possui um contexto sócio religioso (Nobus, 2018). Perverso era aquele que, como cunha o significado da palavra, transgredia algo circunscrito no dito normal, ou agia de modo desviante à essa normalidade, comportamental e ou social. O comportamento perverso era, portanto, aquele que ferisse a norma religiosa.

O invertido, aquele que optava pelo prazer sexual com pessoas do mesmo sexo, na época Cristã, delimitada aqui no período do século, XIV, era uma das figuras características do perverso, já que optava por um ato sexual em detrimento de outro. Segundo Roudinesco (2008), ser sodomita queria dizer recusar uma diferença tida como “natural” dos sexos, a qual supunha que o coito fosse firmado com fins procriadores.

Ora, podemos imaginar então que todo o ato sexual que divergisse desse imperativo seria classificado como perverso: felação, cunilíngua, com a sodomia sendo a mais obscura e vil de todas as atividades perversas, chegando a ser tida como uma heresia e bestialidade, uma vez que colocava o sujeito “em consórcio com o Diabo.” (Roudineco, 2008, p.25).

A tortura e os castigos físicos eram a arma dos inquisidores para obter a confissão das pessoas, principalmente mulheres, que, acusadas de bruxaria, não poderiam ser interrogadas de outra maneira. Nota-se, portanto, que a ordem social se dava através dos castigos e a da tortura,

uma vez que essa era a norma imposta pela igreja. Norma essa muito mais perversa e violenta do que os próprios atos perversos que deveria punir (Pires, 2013; Foucault, 1975/2014b).

Em tal época, a medicina não tratava nem curava. Esse corpo, castigado e martirizado era o alvo daquilo que, mais tarde, seria considerado perversões. Flagelações, martírios, autodestruições. A Deus pertenciam a vida e a morte. Todas as práticas de mortificação e castigo, condicionadas à paixão de Cristo (Roudinesco, 2008) a libertação da prisão de carne, ser soberano sobre um gozo que era puramente destinado à Deus.

Na etimologia da palavra, *per-vertio*, ou, *per-vertere* pode ainda remeter-se a “colocar-se a parte”. Avançando para o século XVIII, a perversão foi associada com um impulso revolucionário, o qual remetia a um determinado período histórico-cultural de grande inquietude, no qual verificou-se uma predominância de um comportamento perverso, associado a escolha de liberdade individual (Mazaleigue-Labaste, 2014).

Roudinesco (2008) nos diz que

...na medida em que a ideia de transcendência parecia diluir-se e não mais permitir ao homem reportar-se a Deus para definir as forças do bem, o pacto com o Diabo tornava-se, como na lenda de Fausto, uma maneira de aceitar que a busca do prazer, ou, ao contrário, o gozo do mal, não passava da expressão de uma espécie de pulsão inerente ao próprio homem: a inumanidade do homem podia então ser vista como consubstancial à sua humanidade, e não mais como consequência de uma decadência imposta pelo destino ou pela ordem divina. (p. 44)

Usaremos como exemplo do uso o libertino Marquês de Sade, pois quis demonstrar o vício como triunfante em todas as partes, enquanto a virtude era vítima de seus sacrifícios. Nascido no cerne da revolução francesa, Sade teve grande impacto em sua época, apesar de nunca ter ido, de fato, ao ato. Foram seus escritos os responsáveis por aturdir o momento político, uma utopia em forma de manifesto, a qual cunhava uma hipótese de sociedade perversa, livre das amarras das virtudes divinas e entregue à filosofia do prazer ilimitado, do erotismo, da natureza atormentada e passional, e de liberdade individual. (Roudinesco, 2008).

Firmava como ato sexual libertino o primado da sodomia, ato este que deveria tratar o outro sempre com objeto, fazendo com que todos os objetos, por vez, se equivalessem. – E essa era sua nova norma perversa, uma inversão radical do que era vigente na França do século XVIII. A nova norma do libertino, fundada nas descrições mais viscerais e aberrantes de cenas sexuais em seus escritos, tentava preconizar uma nova ordem para a República, fundada na sodomia, no crime e no incesto, inversões da lei última que rege a sociedades humanas.

Sade, porém, não era criminoso. Esteve preso na bastilha, onde produziu alguns de seus romances, apesar de nunca ter produzido ato algum – além da sodomia e blasfêmia – que o colocasse como autor de crime. Sade trouxe à perversão, no fim de seu século, a categoria de liberdade individual, já que livre era aquele que poderia inverter a ordem vigente, através da sodomia. A perversão se torna uma experiência de desnaturalização da sexualidade, que imita a ordem do mundo (Roudinesco, 2008; Susini, 2016), profanando a Lei, mas sem conseguir ser uma nova Lei, pois o desejo humano não poderia ser domado (Fonseca & Rech, 2017).

No final do século XVIII, com o advento do individualismo burguês, e com Sade, que a perversão toma a forma da experiência de desnaturalização da sexualidade que imita a ordem natural do mundo, levando o homem crer que apesar de não poder domar seu desejo, sua natureza, fonte de todos os seus vícios, ele está compelido a servi-la. Esta é a Lei que substituiria qualquer Lei divina, que se grava no mármore de uma natureza em estado de perpétuo movimento (Roudinesco, 2008).

Sade não era louco, nem criminoso, mas um ‘caso’ (Roudinesco, 2008). Sade, por sua vez, virou alcunha, nas mãos de um então Iluminismo que tentava buscar a cura última para as perversões sexuais. Sade era, então, “sádico”, conceito que se tornaria, mais adiante, primordial para os sexólogos e Freud, com a psicanálise. Sade foi também aquele que desejou o ‘gozo do mal’, a perversão enquanto prática emancipatória, até o limite da imaginação e da possibilidade,

mesmo que ele mesmo não fosse capaz de executar aquilo que imaginava e desenhava em seus escritos.

Sade e sua perversão foram reduzidos ao silêncio da alcunha ‘sádica’ pela consolidação do Império, relegando-o entre os anormais, os infames. “A loucura de Sade tinha sido a loucura de perverter” (Roudinesco, 2008). O que é perversão, afinal? Avançaremos mais um pouco, para o século XIX. O pensamento aparentemente havia se libertado de uma moralidade religiosa, a qual ditava que o único comportamento sexual aceitável era aquele entre casais heterossexuais e em matrimônio, com o único objetivo de procriação. A medicina, muitas vezes ateuista (Benvenuto, 2018), porém, continuava a ver como ‘normal’ apenas o ato sexual completo, o que significava que o foco deveria ser a gravidez de uma mulher, mesmo que essa fosse estéril.

A sexologia utilizou o termo para designar um certo tipo de sexualidade, distinguindo o “perverso” do “libertino” (Lantéri-Laura, 1994, citado por Benvenuto, 2018), sendo o primeiro uma espécie de doente, enquanto o segundo diz respeito a um assunto que perpassa a moralidade, sendo ainda julgado e punido de acordo com os parâmetros penais da época.

No final do século XIX, o sexólogo Kraft-Ebing (1886/2001) foi um dos primeiros a realizar o estudo do comportamento sexual em seu livro *psychopathia sexualis*, um compendio que aborda o tema da perversão como categoria patológica da sexualidade humana. Aqui temos o perverso como distinção entre o “padrão normal da sexualidade” e o “sexualmente desviante da normalidade” (Benvenuto, 2018). Para Kraft-Ebing, o comportamento perverso se dava como prova de um status moral e psicológico da pessoa que o executava, ou seja, aquele que é perverso é psicológica e moralmente doente, e isto é irrevogável (Downing, 2011).

Dentre os comportamentos descritos como perversões podemos citar o sadismo, masoquismo, exibicionismo, voyeurismo, dentre outros. O sexo oral e anal – hoje praticados por uma grande parcela da população – eram tidos como completamente disruptivos à época, sendo considerados perversões. Temos aqui uma mistura do pecado, do ímpio e do moralmente

condenável com o patológico, o socialmente repugnante e aquilo que muitas vezes era tido como sinônimo de loucura (Foucault, 1984/2014a)

Naturalmente, como estamos observando, pensar em um sujeito perverso, em comportamentos ou atitudes perversas, ou em uma perversão, do modo mais generalizante, é ser conduzido à um raciocínio intrincado; a uma historicidade, a uma cultura, a determinados momentos políticos e de pensamento ao longo dessa história (Roudinesco, 2008). Porém, enquanto, em vários níveis, reconhecer que o significado de perversão é dependente de certos contingentes históricos e culturais, bem como morais, alguns autores continuam a reconhecer que os modos de organização das fantasias sexuais humanas, e os tipos de organização psíquica que elas representam, continuam a representar um dilema, o qual não deveria ser negligenciado. (Downing & Benvenuto, 2011).

Atualmente a psiquiatria não traz mais o termo perversão sexual, mas sim ‘parafilias’, termo cunhado em 1903 pelo psiquiatra alemão S.F Krauss (Benvenuto, 2018), o qual descreve comportamentos sexuais que se opõem a uma normofilia, uma sexualidade estatisticamente normativa. Segundo o DSM-V (APA, 2013), temos ainda os transtornos parafilicos, os quais incluem transtorno voyeurista, transtorno exibicionista, transtorno frotteurista, transtorno do masoquismo sexual, transtorno do sadismo sexual, transtorno pedofílico, transtorno fetichista, e transtorno transvéstico. Todos, por sua vez, são classificados como “uma parafilia que está causando sofrimento ou prejuízo ao indivíduo ou uma parafilia cuja satisfação implica dano ou risco de dano ao outro.

O DSM-V traz ainda a lista de “outros transtornos parafilicos”. Claramente, também neste campo, observamos um impasse, tanto para a psiquiatria quanto para a clínica psicanalítica, quando falamos de cura e tratamento, já que é notória a dificuldade de conceituação sobre as parafilias e os transtornos parafilicos. O DSM-V não diz nada sobre por

quê devemos considerar essas parafilias como transtornos mentais, ou como comportamentos que perturbam a ordem (Moser, 2016; Benvenuto, 2018; Merrick, 2016).

Aparentemente, a psicopatologia moderna tende a classificar as parafilias, ou transtornos parafílicos, basicamente em critérios morais, não exatamente levando em consideração uma sexualidade. Wright (2014) aponta ainda que os critérios diagnósticos que distinguem as parafilias dos transtornos parafílicos não é objetivo, apesar de terem efeitos imediatos para distinguir ações civis de criminais.

Algo sobre “bom” ou “mal” paira como estigma de definição moral sobre as perversões, seja nas mãos da psicopatologia moderna, seja pelos sexólogos do século XIX. O “mal” não se dá apenas com intencionalidades, atos, ou destrutividade da moral social institucional ou de um significante, mas está inconscientemente estruturado como uma violência existente nas bases da psique humana (Naso & Mills, 2016). Partindo dessa perspectiva, voltamos a entender o perverso como algo inerentemente mal, onde a perversão volta a ser a perversidade, algo cruel, até mesmo pelos parâmetros do DSM-V.

Mesmo com o deslocamento da perversão, na contemporaneidade, do campo da sexualidade também para o campo dos fenômenos socioculturais, não houve uma liberação do uso dessa categoria de sua marca fundamental, de um passado nefasto com a abjeção. Em alguns momentos, houve efeito contrário, aproximando do antigo sentido de perversidade e manteve seu uso (Cunha, 2016), colocando o adjetivo perverso em muitas publicações, dotando de valor moral a categoria.

Roudinesco (2008) faz uma retomada da história dos perversos. Faz um apanhado do que poderia ser descrito como formas prevalentes do fenômeno da perversão na contemporaneidade, na tentativa de encontrar um fio condutor que una essa história. Não encontraremos aqui imediatamente um uso de julgamento moral ao sujeito perverso, mas uma análise da moralidade que subjaz a esses sujeitos, inseridos em um contexto histórico-cultural,

tendo, por fim, o objetivo de designar a perversão não como algo monstruoso, mas como algo que habita o sujeito, uma “parte obscura de nós mesmos” (Roudinesco, 2008).

Temos, segundo Cunha (2016), uma análise do sujeito perverso na forma de uma produção contemporânea que vislumbra uma suposta unidade perversa formadora de laço social, bem como a hipótese de uma estrutura subjetiva, vinculada ao, como visto em Roudinesco (2008, p.11) ‘gozo do mal’, munida de um sentido de perversidade, um comportamento cruel que visa a destruição do outro, vinculando por último, de certa forma, a questão do ‘mal’ como a destruição deste. O “mal” como categoria, ou o perverso como aquilo que é cruel se inscreve na humanidade, não podendo se distanciar de nós mesmos, mesmo em momentos históricos distintos, com risco de se tornar algo banal, fugaz. (Roudinesco, 2008; Arendt, 1999, citado por Gaspar & Braga, 2016).

É bem sabido que o tema da perversão é controverso e espinhoso também na literatura clínica psicanalítica. A conscientização de tal fato, porém, levou a uma mudança de visão naquilo que é enfatizado no estudo das perversões; de um estudo dos desvios morais, para variações estatísticas da norma sexual (Downing, 2011). Chegamos, portanto, a um primeiro momento dos estudos em psicanálise, o qual abordaremos com maiores detalhes.

2.1. Uma Perversão: Pulsão, Polimorfia Sexual e Liberdade

Tomamos como ponto de partida o previamente discutido, a questão do ‘mal’ como algo inerente às perversões, evoluindo, porém, para o caminho do estudo da pulsão em psicanálise, para a qual o corpo, inicialmente, se diferente do ponto de vista de uma organização biológica, uma vez que se constitui materialmente, mas ainda assim não está completo, no sentido de uma totalidade, não sendo ainda totalmente constituído (Garcia-Rosa, 2015), sendo apenas uma organização com limite definidos e um princípio de funcionamento.

Existe, portanto, uma materialidade disforme, como pura potencialidade indeterminada, a qual é denominada de pulsão. *Trieb* é esse princípio, o qual abarca os seres vivos e que se

dá na forma de uma força a qual aciona os seres de cada espécie (Hanss, 1996, p. 314), mas que não se reduz puramente ao instintivo, ao natural.

Como a própria palavra alemã nos traz, repleta de traduções polêmicas e conotações, Freud (1905/2016) aborda, em uma aproximação, o conceito de pulsão e instinto. Segundo ele, as pulsões inicialmente se apoiariam no instinto, sendo a gênese da pulsão a partir do instinto. Mas, rapidamente esse momento foi atravessado, considerando que o corpo é outro, sendo a pulsão de mesmo modo.

O mundo natural, como visto pelos teóricos os quais serão trazidos neste estudo, possui um pressuposto não naturalista e não empirista (Garcia-Rosa, 2015), o que quer dizer que a ordem do mundo jamais é entregue, e a o discurso possui um lugar neutro a partir do qual essa ordem será enunciada. Neste mundo, o corpo do qual falamos é marcado pela falta, não sendo autossuficiente, sempre necessitando uma externalidade, algo que vem de fora, um outro corpo, para se manter vivo. Tal corpo será assimilado, ou transformado, mas de qualquer forma negado, a fim de preencher a falta do primeiro.

E nesse mundo, a partir do surgimento da linguagem, todos os objetos passam a se tornar significativos. A palavra faz sua emergência, e através dela o homem é feito (Garcia-Rosa, 2015), trazendo consigo a ordem simbólica, eliminando a antiga ordem natural que nos unia aos animais, mantendo no homem a falta, a impossibilidade de uma satisfação plena. Não há mais um objeto específico, como antes a ordem natural vinha a chamar de ‘necessidade’ aquilo que podia ser suprimido. Portanto, uma satisfação parcial passou a ser possível.

O que se denomina pulsão sexual, portanto, é a pulsão referida a esse corpo-linguagem, já o que o sexual supõe uma forma, e só se pode falar disto na ordem da linguagem, desse corpo submetido à linguagem o qual tratamos aqui, com a teoria psicanalítica.

No nível das pulsões, tema deste capítulo, Freud (1915/2019) supõe que estas são forças existentes por trás do Id, representando exigências que o corpo faz à mente, algo que está para além do Id, não o habitando, não sendo as pulsões a causa última de toda a atividade psíquica.

Mas, a qual corpo se referem as pulsões? Um corpo próprio, um corpo pulsional, não representável, não atravessado pela linguagem, não sendo da ordem do acontecimento, ou do corpo-linguagem que trouxemos aqui? Para fins sintéticos, neste estudo usaremos a abordagem do corpo-simbólico de Lacan (1956-1957/2008), o qual faz identificação com o corpo pulsional e, dentre as possibilidades, se articula com o corpo biológico. Os três registros, Real, Simbólico e Imaginário, na teoria lacaniana formam nó, não podendo ser pensados isoladamente. (Garcia-Rosa, 2015), sendo que ao tentar isolar um deles, o nó se desfaz.

Como visto, a pulsão não possui objeto específico. Qualquer objeto pode ser objeto da pulsão, e este é o que há de mais variável, sendo possível ser articulado em torno de sua aptidão para possibilitar a satisfação (Freud, 1915/2019). Tal aptidão não decorre, porém, de uma habilidade específica de um objeto ou de uma articulação que ele possa vir a ter com a origem da pulsão, mas sim de sua origem com o desejo.

Entre a pulsão e o objeto há o desejo e a fantasia (Garcia-Rosa, 2015). Sendo assim, um objeto só se forma como objeto da pulsão se antes se fizer objeto de desejo, pelas vias da fantasia, a qual articula o objeto com o desejo, fazendo uma mediação entre a pulsão e o objeto. – E a esse objeto, o qual se constitui como objeto da pulsão e objeto de desejo, Lacan denomina objeto *a*, o objeto propriamente dito da psicanálise.

A fantasia, por fim, como um mediador entre a pulsão e o objeto, serve como um anteparo. Ao mesmo tempo que oferece ao desejo seus objetos, desempenha papel fundamental na relação do sujeito com o outro.

É importante frisar aqui que o objeto *a* é motor e objeto do desejo. É algo que está fundamentalmente perdido, inapreensível nessa falta fundamental no sujeito, e que ele só pode

recapturar parcialmente por essa via da fantasia, pela qual pode transformar um gozo em prazer. O objeto absoluto falta, e o objeto *a* não é não é, em si mesmo, nenhum objeto particular. O objeto *a* é antes um furo em torno do qual gravitam os significantes. (Garcia-Rosa, 2015).

A pulsão, portanto, faz contorno ao objeto, retornando a fonte, pois nunca encontra esse objeto fundamentalmente perdido. O conceito de pulsão ainda nos remete a outra parte da teoria, a qual está em Freud (1920/2010), e se refere puramente ao lugar das pulsões por si, para além da ordem da lei.

2.2. Pulsão de Morte

Há, na teoria, duas categorias: pulsões morte de e pulsões de vida. A primeira, por sua vez, diz de uma vontade de destruição, do retorno ao inanimado, da aplicação do conceito energético de entropia à psicanálise. Na pulsão de morte, segundo Lacan, se expressa ainda uma vontade de destruição, tendo como efeito a agressividade, vontade de destruição plena.

Aqui enunciamos que existe a separação do que abordamos no capítulo 1 deste estudo. A pulsão se coloca como natural, e dela pode partir esse natural, como algo que deve ser recriado, sendo assim, sua vontade de destruição é legítima, o que a afasta, definitivamente da percepção de uma encarnação do ‘mal’. Mesmo na perversão, a pulsão de morte não apareceria como uma tendência ao caos, ao ‘mal’ fundamental, mas sim a uma destruição como parte de uma recriação, seja no campo social, seja no campo da subjetividade do indivíduo, como ainda veremos. Cai por terra, aqui, a hipótese da perversão como perversidade pura, um ‘gozo do mal’, já que pulsão de morte é componente intrínseco da natureza humana.

O próprio Freud (1920/2010) teve dificuldade de reconhecer esta hipótese, da onipresença da destrutividade, bem como sua autonomia. Garcia-Rosa (2015) aponta que reconhecer uma pulsão destrutiva como algo completamente independente da sexualidade, para Freud, era reconhecer a maldade fundamental e irreduzível do ser humano, não se tratando mais de uma sexualidade a qual, regida pelo princípio do prazer, lançava mão da agressividade para

atingir seu objetivo, mas agora de uma disposição autônoma, “originária do ser humano” (p. 89)

A pulsão de morte, enquanto potência destrutiva e disruptiva, tende a impermanência. Enquanto a pulsão sexual é conservadora, a pulsão de morte é renovadora e criadora. Sendo o Eros aquilo que tende a indiferenciação, a pulsão de morte, é produtora de diferenças. Mas, para alcançar a satisfação pulsional, não existe uma barreira entre as duas. O objeto *a* se encontra na intersecção entre o Eros e a pulsão de morte (Quinet, 2012), se misturando, condensando o gozo.

O bom uso da perversão, de acordo com Dufour (2013), se aproxima disso. É a insubordinação do sujeito que chacoalha as regras sociais e a normatividade. A potência destrutiva subjacente inerente a cada um de nós, a qual impede a repetição de padrões, questiona as permanências, fazendo emergir novos processos, sendo criadora, e não conservadora, colocando novos processos a frente.

As pulsões de morte são, segundo Freud (1920/2010) invisíveis e silenciosas, sempre estando misturadas, oferecendo como exemplo sempre o sadismo e o masoquismo, característicos da perversão-polimorfa do bebê, aliados à sexualidade, ou através da noção de compulsão à repetição, dois exemplos que, segundo Garcia-Rosa (2015), não atendem muito bem à ideia de pulsão de morte por si mesmo.

A autonomia da pulsão de morte só virá em Freud (1930/2010), e, por fim, considerado, mais tarde, por Lacan, que a pulsão sexual pertence ao registro do desejo. Enquanto pura potência, a pulsão é desprovida de conteúdo, precisando estar atrelada à rede significativa para ter forma e diferença qualitativa.

2.3. Freud e a Perversão-Polimorfa

O primeiro dos Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade (1905/2016), representou grande avanço sobre a visão da sexologia de Kraft-Ebing (1896/2001), cujo comportamento

sexual perverso era evidência de uma constituição patológica sistêmica, psicológica e fisiologicamente.

Sendo ainda uma linha de constante desconforto na produção cultural da sociedade como um todo (Ferraz, 2017 Benvenuto, 2018) em seus escritos, Freud (1905/2016) trouxe a perversão, inicialmente, em dois momentos: como uma parte de um comportamento sexual anormal, muitas vezes aberrante, mas que não necessariamente garante que o sujeito será louco ou vítima de grandes anormalidades de qualquer tipo, visto como um desvio da sexualidade de sua forma ‘ortodoxa’, genital.

Freud (1905/2016) traz, a partir de sua leitura dos ‘desvios sexuais’, aquilo que já abordamos: a pulsão não possui objeto fixo, sendo, no momento inicial da vida humana, independentemente de seu objeto, destacada pelo autor a partir do conceito de ‘autoerotismo’. Tal afirmação pretendia afastar os argumentos da psicopatologia da época, a qual estabelecia objeto e finalidade fixos para a pulsão sexual, fora dos quais todo resto seria uma aberração. Freud tenta ainda desvincular a noção de desvio da noção de patologia, criticando a moralidade imprimida ao campo sexual (Oliveira, 2016).

Para Freud (1905/2016), a perversão só poderia ser considerada patológica se fixasse a vida sexual do sujeito, ou seja, quando o alvo desviante regesse a vida do sujeito em uma exclusividade. Não recusou o termo ‘perversão’, pois sustenta a ideia de transgressão sexual do alvo e de objetos, porém, lhe atribui significado outro, no sentido de uma dinâmica construída para satisfazer o imperativo pulsional da satisfação.

É essa força, sedenta de satisfação (Freud, 1915/2011), que está inscrita no psiquismo, exigindo de seu trabalho. É neste momento que Freud afirma que a sexualidade infantil, em seu caráter perverso-polimorfo, refletiria essa disposição subjetiva por excelência em relação ao desejo sexual.

Segundo Ferraz (2017), “a neurose é o negativo da perversão” (p. 27) temos esse como o axioma primeiro que se encontra delineado nos ‘Três Ensaio’ de Freud, o qual iria reverberar em suas futuras proposições sobre o tema, trazendo a disposição à satisfação irrefreável da pulsão sexual, subsidiada pela presença desta perversão-polimorfa infantil. No adulto, porém, persistindo essa fase, a presença de um sintoma se faria.

A formação de uma perversão resultaria de uma fixação infantil num estágio pré-genital de organização libidinal. Na criança, ser perverso-polimorfo, por excelência, diz de uma organização que parte deste momento pré-genital, o qual serve como eixo aglutinador da sexualidade (Ferraz, 2017). Aqui, a sexualidade dita como “normal” – a genitalidade da libido – seria feita na puberdade, onde todas as formas pré-genitais de sexualidade seriam dominadas pelo primado da genitalidade, a corrente principal, tornando todos os atos subsequentes acessórios ou preparatórios do coito “normal”.

Vemos em Freud (1905/2016), no que tange às perversões que o:

[...] desvio em relação ao ato sexual ‘normal’, definido este como coito que visa a obtenção do orgasmo por penetração genital, com uma pessoa do sexo oposto. Diz-se que existe perversão quando o orgasmo é obtido por outros objetos sexuais (homossexualidade, pedofilia, bestialidade, etc), ou por outras zonas corporais (coito anal, por exemplo) e quando o orgasmo é subordinado de forma imperiosa a certas condições extrínsecas (fetichismo, tranvestismo, escotofilia e exibicionismo, sadomasoquismo); estas podem proporcionar, por si sós, o prazer sexual. De forma mais englobante, designa-se por perversão o conjunto do comportamento psicosssexual que acompanham tais atipias na obtenção do prazer sexual. (pp. 34-35).

Sendo assim, a perversão decorreria de uma impossibilidade da genitalidade se dar em primazia, abrindo espaço para uma fixação infantil, que traria a frente uma corrente pré-genital como eixo organizador da vida sexual, sendo a última, portanto, a responsável por ditar todas as fantasias e atos sexuais de um sujeito, sendo que as fantasias do tipo pré-genital, que vem, na prática, a ser as fantasias perversas, existem tanto no neurótico quanto no perverso. A inversão em Freud se dá, até então, como perversão pois o homossexual desviaria a meta genital.

É dessas fantasias o papel fundamental de formação dos sintomas neuróticos. (Freud, 1905/2016). Se sobrevém o recalçamento, o cenário neurótico está posto. Mas, como aponta Freud, não se dá sempre deste modo. O perverso não se sujeita às forças que no neurótico prevalecem, colocando assim em prática as fantasias pré-genitais, não as utilizando somente como ferramenta para a sua excitação, mas tornando essas o núcleo de sua vida sexual.

Faz sentido a proposição da neurose como o negativo da perversão, pois o perverso atua tudo aquilo que o neurótico apenas tem vislumbre e almeja ser, mas não é autorizado à tal. Que não seja confundido aqui o negativo como algo dotado de valor moral, mas sim como uma fotografia, que exhibe elementos de seu positivo no filme de revelação, compondo o todo.

Deste modo, portanto, ao compreender que o suposto perverso pode ser funcional em outras esferas da vida, não apresentando nenhuma patologia, apesar de seu comportamento aparentemente distinto da sexualidade normativa, Freud obteve sucesso em trazer que o sujeito perverso não é nada diferente dos outros seres humanos, mas que ele simplesmente atua aquilo que se encontra de forma latente e potencial em todos os seres humanos (Ferraz, 2017). A perversão, portanto, neste primeiro momento, seria uma manutenção da sexualidade infantil perverso-polimorfa na vida adulta, cuja única diferença entre os patamares criança adulto seria o fato de que, na criança, tudo ainda é potência; não existe um eixo dominador ou organizador da sexualidade, como no adulto perverso, regido pelo cenário de uma cristalização pré-genital.

Observamos nesse cenário, o primeiro momento de Freud, uma certa impregnação novamente moral ao definir como “perversa” uma fuga da norma, tida como genital, o que por sua vez reflete um padrão moral da Viena do início do século XX. Temos em alguns momentos um Freud libertário, outras vezes moralista e conservador (Ferraz, 2017). Para alguns autores, Freud parecia recusar sua própria lógica de que a sexualidade humana é perversa por excelência, ao usar termos como ‘usualmente’ e ‘geralmente’ dentro de uma noção de ‘apropriado’ (Worthington, 2017). Fica claro, porém, que a sexualidade rejeita uma normatização, e após

1930, com a pulsão-de morte, Freud parece ter tido a consciência da importância da destruição junto ao amor.

A perversão se torna então, em Freud, componente intrínseco da pulsão, não podendo ser anulada, fazendo com que todo o ser humano seja um perverso residual, medido apenas pelo sucesso ao controlar a perversão-polimorfa de sua pulsão (Mazaleigue-Labaste, 2014; Ross, 2013). Em mais uma vez vemos que o assunto parecia estar sendo retratado junto a uma historicidade, uma ética e uma cultura, que ditam o normal ante o perverso transgressor, que ousa ir além do limite, exibindo a pulsão de morte.

Um outro momento da perversão na obra freudiana traz relação fundamental com o complexo de Édipo e suas saídas, como dinâmica de identificações, como citamos ao falar de recalçamento e neurose. Em seu texto *Batem numa Criança*, Freud (1919/2017) aponta relatos de seus pacientes no qual uma criança, numa fantasia sadomasoquista, estava sendo espancada por um adulto, no qual, em resumo, traz a gênese de uma fantasia de identificação do sujeito com o pai, como em “se ele (pai) está batendo nessa criança, que não eu, é porque ele me ama e odeia essa criança” (p. 132)

A ideia de perversão aqui é reforçada, por um lado, como uma fixação da libido, onde um dos componentes da sexualidade teria sofrido um desenvolvimento prematuro, ou seja, se teria se adiantado a todos os outros, causando uma possível independência precoce que o afastaria dos demais, mantendo o primeiro em sua forma infantilizada. É importante observarmos, porém, que não há, em momento algum, um cunho patológico nessa afirmação.

Sendo desse modo, a perversão, neste segundo momento, poderia passar, portanto, por mecanismos de defesa como a sublimação, formação reativa ou por um processo de recalçamento, fazendo com que não se consolidasse. Sendo o complexo de Édipo a gênese para as perversões, Freud (1919/2017) aponta ainda que é no jogo sadomasoquista que as identificações parentais demonstram seu alto grau de complexidade. Neste momento, para

alguns autores, fica clara a lógica existente na ligação entre o erótico e a destruição, onde Freud (1919/2011), aponta que podemos ler a fantasia de amor da criança ante ao espancamento como “eu sou aquela criança, e meu pai, ao me tocar desta maneira tão dolorosa, diz que me ama” (p. 133).

Há um terceiro momento, um tratamento mais definitivo sobre os mecanismos e a origem de perversão, exposto por Freud (1927/2011) ao tratar do fetichismo, o qual veremos mais adiante, sendo fio condutor para a discussão subsequente neste trabalho.

3. Uma (Outra) Perversão: Defesa, Fetiche e Repetição

3.1. *Verleugnung*: Negação, Desmentido.

Verleugnen é um verbo comumente traduzido na literatura como ‘negação’, às vezes por ‘rejeição’, ‘recusa’ ou ainda “repúdio” (Hanss, 1996, p.303). Segundo Drawin & Moreira, (2018), o significado do verbo pode ainda, no português, ser mais abrangente, significando algo como ‘esconder’, ou ainda ‘fingir, dissimular’. Em dicionários mais completos de alemão-português, podemos já encontrar o significado de *Verleugnung* para ‘renegação’ ou ‘retratação’, ao passo em que dicionários de alemão trazem a palavra com a semântica do ‘esconder’, ‘ocultar’, ‘disfarçar’.

Verleugnung, no francês, traz o sentido de ‘desmentido’, ‘denegação’, ‘desapropriação’. Nos dicionários de psicanálise, esse termo foi trazido a frente como ‘recusa’, inicialmente se tratando de uma recusa da realidade. (Laplanche & Pontialis, 1970, citado por Drawin & Moreira, 2018). Como se pode ver brevemente, cabe ao termo alemão uma série de interpretações, as quais foram e são utilizadas por vários teóricos em suas mais variadas formas, já que o prefixo *ver* pode ser decomposto como “uma extensão espacial de um fenômeno ou de uma ação” (Lebrun, 2008), “ir adiante” (no sentido de continuidade no tempo, ou eventualmente em excessos) enquanto *leugnen* pode significar ‘negar’ ou até mesmo ‘mentir’, contestar a veracidade (Hanss, 1996).

O conceito de *Verleugnung*, assim como suas traduções, possui grande extensão e controvérsia. Nos primeiros momentos da teoria de Freud, o termo aparece relacionado a uma experiência de esquecimento do próprio Freud, onde, na intenção de relatar um acontecimento para um parente, este só lhe veio a tona semanas mais tarde, quando Freud estava irritado por sua esposa estar escutando uma conversa dos vizinhos. O sentido é de uma amnésia, pois a medida que ele reconta a lembrança primária, Freud esquece o conteúdo da conversa central.

Neste momento, *Verleugnung* está associada a um olvido ligado a representações e afetos dolorosos, o qual pode afetar pessoas saudáveis, mas também pessoas neuróticas. (Freud, 1905/2008). Torna-se evidente, portanto, um componente defensivo da memória ante representações perturbadoras, ainda que a conceituação da *Verleugnung* permanecesse generalista.

Em um segundo momento, a *Verleugnung* se aproxima do que é objetivado aqui, onde está associada a uma clivagem do ego, ainda estando inscrita em uma série de fenômenos que Freud delineou sobre o funcionamento da *psiquê* em relação à eventos traumáticos (Drawin & Moreira, 2018), considerando um mecanismo ordeiro e, de mesmo modo, presente na infância.

Aqui o mecanismo da *Verleugnung* se relaciona com a primazia do falo, no que Freud descreve:

Sabemos como reagem [os meninos pequenos] às primeiras impressões provocadas pela falta de pênis. Eles negam – *sie leugnen* – essa falta e creem ver, apesar de tudo um membro; lançam um véu sobre a contradição entre observação e prejulgamento, indo buscar que ele ainda é pequeno e que logo vai crescer, e chama lentamente a esta conclusão de grande alcance afetivo; antes, em todo caso, ele de fato esteve ali e posteriormente foi retirado. A falta de pênis é concebida como o resultado de uma castração e a criança agora se vê no dever de enfrentar a relação da castração com sua própria pessoa. (Freud, 1923/2014, p. 173).

Para Freud o que dita a diferença da organização genital definitiva do adulto e a infantil reside não na importância de uma genitalidade, de um órgão masculino, mas de um primado do falo.

Adiante, o autor usaria ainda o termo *verleugnen* para evocar a perda da realidade na psicose (Lebrun, 2008), um processo psíquico que teria uma ação de recusar a realidade, prevalecendo essa ante uma relação de aceitação. A noção de *Verleugnung* a qual interessa a este estudo, permanece ainda na ambiguidade.

Não restam dúvidas de que a *Verleugnung* de certo indica um importante mecanismo de defesa do eu frente à experiências traumáticas, ao passo que também indica um momento crucial e decisivo da construção da psique. É no desfecho do conflito edípico, porém, que

obteremos um predomínio de um estilo defensivo básico, aliado ainda a toda a experiência pregressa pré-edípica (Ferraz, 2017), o qual servirá como guia para subjetivação e estruturação da personalidade do sujeito.

Os três termos abordados na literatura psicanalítica, os quais empregam o sentido de “negação” (Hanz, 1996), e acabaram por circundar os mecanismos de defesa formadores das estruturas clínicas, por sua vez, carregam o sufixo alemão *ver* em sua composição. *Verdrängung*, o recalque, formador da neurose, onde o sujeito põe de lado representações correlatas a uma pulsão inaceitável, e a *Verwerfung*, muitas vezes correlata à psicose, a qual remete a uma liquidação.

De qualquer forma, Freud empregava o termo de tal maneira a deixar evidente uma relação de negação de algo que é evidente e se impõe frente ao sujeito, seja uma realidade que é negada, seja negar a evidência de forças que se impõem a percepção de uma presença. Na *Verleugnung*, essa percepção é ligada a uma presença cujo conteúdo é insuportável, permanecendo em dialética com a tentativa de “não ver” do sujeito, já que esse material é evidente. (Hanss, 1996).

Freud (1905/2016) identificava a perversão com a monotonia da satisfação de um desejo, na via do gozo genital, mas se utilizando exclusivamente de um único objeto de satisfação. No lugar, então, da liberdade do sujeito de se exercer sexualmente em toda a sua plenitude, o sujeito perverso se limita ao gozo de uma maneira só. Freud (1923/2011) apresentou então a teorização do mecanismo da negação da castração, a *Verleugnung*, essencial a formulação ulterior da perversão.

É apenas em 1927, em seu texto intitulado ‘O fetichismo’ que Freud trará o norte da *Verleugnung* como o mecanismo que define as perversões, sendo no caso da castração materna que é colocado o cerne formador do caráter relacional fetichista, sendo “o fetiche um substituto para o pênis” (Freud, 1927/2014, p. 316).

Retomamos brevemente aqui a ideia de que Freud retirou alguns elementos de sua teoria a partir de estudos da sexologia do século XIX, dentre eles, o fetiche. A palavra fetiche vem do português feitiço, tendo retornado à sua língua original através do francês (Ferraz, 2017). É importante salientar, como fazem Drawin & Moreira (2018), que na teoria de Freud, o fetiche não alimenta o sofrimento, mas sim é visto como um meio conveniente de atender e completar uma vida amorosa, bem como a escolha de um fetiche deriva de uma escolha singular e subjetiva, intrincada ao histórico de vida do sujeito.

Mas o que seria essa escolha substitutiva para o pênis? Rapidamente, Freud lança a afirmativa de que não é a qualquer pênis que o fetiche substitui, mas o pênis da mãe, um pênis muito especial, no qual o sujeito acreditou um dia, até se deparar com a não simples realidade de que deveria renunciá-lo. O fetichismo é o substituto desse pênis, deste falo, a fim de preservar no sujeito sua onipotência, evitando a angústia da castração, mantendo a percepção de que o falo continua a existir.

O fetiche significa, portanto, um triunfo sobre uma ameaça, sendo um protetor, na vida sexual do sujeito, contra a castração. A solução de substituição do falo por um objeto fetiche, porém, apesar de pacificadora, não consegue dar conta de toda uma negação. A realidade de um fracasso por vezes permaneceria, uma vez que a criança, após observar a mãe, não conseguiria manter uma crença inabalável do falo feminino. “Ela [a criança] manteve, mas também a abandonou” (Freud, 1927/2014, p, 317), é o que o autor vai identificar como clivagem, ou seja, fato de abandonar e de conservar uma crença.

Este deslocamento do empirismo do falo para um substituto fetiche, o qual pode ser qualquer coisa, traz ao fetiche uma capacidade de universalização. No mesmo texto, Freud (1927/2014) introduz ainda as vantagens que se dá o sujeito fetichista. Ressalta principalmente que “o que os outros homens buscam e aquilo por que devem suar não exige esforço algum do

fetichista” (p. 318), bem como outros pontos que tocaremos mais adiante, no que concerne tal defesa.

Em Freud o confuso caminho da *Verleugnung*, em seus diversos significados, culminou em um interesse pelo próprio, considerado, ultimamente, por sua relação como mecanismo psíquico da perversão, aquilo que assinala a estruturação perversa e o fetiche. Segundo Lebrun, (2008), uma vez que o sujeito disse seu primeiro sim à linguagem, é necessário que ele diga não, que negue, que objete ao falo. Sem essa possibilidade de separação e objeção ao falo, o sujeito permanecera simplesmente alienado, inscrevendo em uma psicose.

Recapitulando, e isto é de grande importância, as três saídas possíveis para o conflito edípico são o recalque, (*Verdrängung*), a forclusão (*Verwerfung*) ou a *Verleugnung*, o desmentido ou a negação. No desmentido, diferentemente das outras estruturas, evoca-se um processo em que a negação permanece em voga, havendo gasto de energia; um tornar a negar, já que o confronto com a realidade não cessa, enquanto no recalque e na forclusão, o material está pressionando o retorno ou é expulso, simultaneamente.

Por ser um processo que se refere à realidade, será necessário um terceiro que o recalque. O que dirá, e como dirá, esse outro à criança terá influência na formação psíquica da criança e em sua percepção da realidade, eventualmente até sendo capaz de manter o sujeito em sua vida ilusória de desmentido. Um tornar a negar a terceira força, onde o outro externo pode corroborar para a manutenção da ilusão, sendo cúmplice, ou tem a capacidade de servir como Lei simbólica, a castração.

Segundo Hanss (1996), há no termo *verleugnen* a ideia de “negar a presença-existência”, ou seja, o sujeito diz que aquilo que foi negado existe, mas continua a negar sua presença, evocando neste caso uma relação de contestação com a veracidade da existência do objeto, levando a crer que o que é ‘desmentido’ é a própria existência do objeto. (p. 304)

Desmentido diz respeito a uma segunda possibilidade de negar. Há a separação inicial, como já visto, mas existe um outro, um terceiro, que irá agir sobre o sujeito. Há *Verleugnung* quando o sujeito sabe reconhecer a realidade de uma percepção que o perturba, mas essa ele nega. Ele somente a entreviu e todo seu movimento psíquico será agora de rejeitá-la. (Lebrun, 2008).

3.2. A Perversão Segundo Lacan.

Revisando os escritos de Freud, Lacan obteve sucesso em retomar os conceitos ligados ao autoerotismo, formação do eu e resoluções do complexo de Édipo, demonstrando a possibilidade de entender os mesmos através de “estruturas” mais complexas, ao invés de “fases” ou “etapas”, muitas vezes aderidas à um discurso biológico (Pires et al., 2004), mas a partir da relação do Outro, na dialética da demanda de amor e da experiência do desejo. (Lacan, 1957-1958/1999).

Lacan critica Freud por criar um Édipo responsável pela invasão do materno e do pulsional na constituição do sujeito, incorporando então a dialética desejo-lei à metáfora paterna, do mito do pai da horda, propondo que a teoria dos mitos pudesse ser substituída por uma teoria antropológica. Lacan também se mostrou interessado pelo modo como a linguagem articula o sujeito em torno de uma ordem simbólica. Para ele, a criança já está apreendida no campo da linguagem, muito antes de conseguir falar, uma vez que já é ‘falada’ e desejada antes mesmo de seu nascimento. Tal fato possibilita sua entrada no campo dos significantes.

Lacan (1953/1998) considera o Nome-do-Pai o suporte da função simbólica que identificará a pessoa com a imagem da lei. Na triangulação mãe-falo-criança, mãe-filho-pai, o falo aparece como significante último, sendo, parece os seres humanos, determinante entre duas opções: ser possuidor do falo ou ser castrado; realidade essa em torno da qual a dialética se manifesta no sujeito: ser-não ser o falo; ter não ter o falo.

O falo, objeto de desejo, é o unificador do Édipo desde os tempos de Freud. Este, por sua vez, mobilizaria portanto a criança no caminho de tornar-se sujeito do próprio desejo. Lacan (1957-1958/1998) reconhece o órgão masculino como objeto de desejo, apontando que o lugar de relação objetal entre mãe-criança como real é barrado, sendo contestado pela presença do pênis, o órgão erétil que simboliza um lugar de gozo não positivado, mas ausente na imagem desejada.

É nos momentos de carência que a criança irá simbolizar a mãe como pura potência de dom, capaz de doar tudo conforme sua vontade, bem como terá de simbolizar sua presença-ausência, experimentando também a ambivalência com o *for-da* (Freud, 1920/2014), vocábulos ainda mal articulados que diriam quando a criança quer se livrar (*fort – longe*) ou trazer para próximo de si (*da – aqui*) a presença da mãe, tornando possível suportar a ausência da mãe a longo prazo.

A criança deseja o desejo da mãe, o falo, se identificando primordialmente com este. É o momento onde a criança é privada pela mãe em relação ao objeto real, a fusão impossível, e frustrada em relação ao objeto imaginário, caminhando assim em direção à dialética da demanda e do desejo sem conseguir encontrar algo que pode saciá-la, constatando que esse objeto se encontra em um lugar para além da mãe, impossível.

O significante Nome-do-Pai aqui entra de modo a privar a criança da fusão com a mãe, quebrando esta relação simbiótica, agindo como normatizador e tornando-se necessidade de entrada na cadeia significante. O resultado da metáfora paterna, o pai velado que age como normatizador, é a inclusão do Nome-Do-Pai no lugar do Outro, esse conjunto de significantes, que por fim encaminha o desejo. (Quinet, 2012).

É importante salientarmos aqui que a construção do pai mítico só existe como metáfora, erguido por trás de uma mãe simbólica. O Pai não é controlável, e só se efetiva como significante Nome-do-Pai quando coloca no lugar de desejo da mãe. Não é o pai biológico, o

homem fálico representado pela cultura patriarcal, mas um Pai que a mãe institui nessa posição de Lei, de palavra final, significante que institui uma falta e barra o acesso do sujeito ao gozo pleno, a essa fusão, na qual ele também não poderá “ser-ter” o falo, vítima de gozo materno.

Lacan (1957-1958/1999) traz que a possibilidade das perversões girando em torno da prerrogativa do “ser-ter” o falo e a potência e sua negativa, bem como correlaciona essa hipótese às estruturas clínicas da neurose e psicose, de mesmo modo. Na perversão, existe uma estratégia defensiva da criança para evitar a castração. Como já visto, a defesa do sujeito perverso se dá no desmentido, onde sabe da castração, mas mesmo assim não quer saber, optando por negar o reconhecimento da falta do falo na mãe e, muitas vezes, localizá-lo em um objeto, nomeado como fetiche, sendo, neste caso, um gozo total fálico, que tampona e escamoteia a falta.

Na busca para se sentir vivo, tentando encontrar o “mais além” da falta, o sujeito da perversão, segundo Lacan, tenta se tornar o objeto de gozo do Outro, enquanto ele mesmo vê o Outro como objeto de seu fetiche. Não se fala aqui de um outro, um pequeno outro, mas de um Outro aumentado; um Grande Outro, o tesouro dos significantes, presente inicialmente na forma da função materna para o bebê, e o qual deveria permanecer perdido, nunca totalmente acessível ao nível de objeto ou de gozo, uma vez que a resolução do conflito edípico se deu em castração e instauração do Nome-do-Pai.

Em Lacan (1956-1957/2008), porém, se encontra um sujeito que diz ter encontrado finalmente seu objeto, seu objeto exclusivo, tanto mais satisfatório quanto é inanimado, ficando assim, ao menos, muito tranquilo, certo de não sofrer decepção por parte dele. Um objeto desprovido de qualquer propriedade subjetiva, intersubjetiva, até mesmo transobjetiva, é mais assegurado de não poder revidar ou ter retaliações, corroborando assim a ideia de uma defesa contra a frustração.

A solução fetichista aqui é, incontestavelmente, uma das mais concebíveis, no que diz respeito à uma condição de falta inerente ao ser. São as relações imaginárias aquelas que

ocorrem no início da vida da criança com a mãe as responsáveis pela formação do 'eu', e sempre perfeitamente recíprocas, já que são especulares. De tempos em tempos, portanto, surge no fetichista a posição de identificação não com o cuidador, a função materna, mas com o objeto. Se o fetichista se identifica com o objeto, por um momento, ele perderá o objeto primitivo, a saber, a função materna, e irá considerar a si mesmo como um objeto destruidor para tal. É nesse jogo, numa visão de duas imagens, que marca toda a manifestação fetichista.

Se estabelece uma relação de dependência na medida que, identificando-se ao outro, ao parceiro objetal, o sujeito sabe que esse lhe é indispensável, que é ele, e somente ele, quem o satisfaz, porque é, em princípio, o único depositário deste objeto que é o objeto de desejo da função materna (Lacan, 1956-1957/2008). É para tentar manter uma semelhante realização à posição edipiana que o sujeito entra em uma relação ótima com o objeto reencontrado, com esse sucessor do objeto materno primitivo, tornando-o indispensável.

Há uma fixação no objeto de fetiche, fica claro, colocando a estrutura perversa num construto de repetição, num ciclo de busca de um gozo imediato e negação da falta. Onde na neurose existiria uma barreira, um sinal para que dar meia volta, na perversão existiria uma força a entrada. A estrutura perversa, tem, por corolário, um efeito inverso da fantasia que conduziria o desejo a circular o objeto, à medida que o sujeito se coloca, em determinados momentos, ele mesmo como objeto, fazendo inscrição no campo imaginário, negando assim a divisão subjetiva.

Como já trazido, na perversão, em alguns momentos, o sujeito é o objeto do gozo do Outro, sem se dar conta, ainda que faça do Outro sua vítima para restituir um objeto faltante, uma perda fundamental. O sujeito perverso tenta desmentir que o Outro seja castrado, ou seja, faz do Outro um objeto para ao mesmo tempo negar e apontar a castração. (Baségio & Rosa Junior, 2017).

O jogo pulsional entre o objeto causa de desejo e a falta no Outro ditam as coordenadas da estrutura lacaniana das perversões. Lacan não leva em conta, porém, o desprezo pelo Outro para definir as perversões, mas sim uma tentativa do sujeito perverso em “tampar um buraco” no Outro. Deste modo, o sujeito forçosamente revela os limites do Outro, enquanto tenta esconder os seus. Como exemplifica Hoffmann (2014) no caso do masoquista, que faz irromper no Outro uma voz, a qual será seguida com obediência, um superego imperativo; em contrapartida, o masoquista dá voz ao Outro ao se objetificar, devolvendo a voz imperativa ao Outro na forma de seu prazer ao invés de inscrevê-la no campo simbólico. O sádico, por sua vez, coloca-se na ausência do Outro para lhe roubar a voz, ditar os comandos, anulando o campo simbólico.

Em outro exemplo, Lacan (1968-1969/2008) refere que as pessoas se indagam sobre os efeitos da exibição no outro – se causa medo, se provoca o pudor, um susto? Diz que isso não é o essencial da pulsão escopofílica. “O essencial, propriamente e antes de mais nada, é fazer aparecer o olhar no campo do Outro” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 246). Ele segue, dizendo: “é pelo gozo do Outro que o exibicionista zela” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 246).

Se de um lado Lacan vai afirmar que, a exemplo do exibicionista que goza de outro, vai dizer que o gozo de que se trata é o gozo do Outro, pois, nesse caso, o gozo surge como uma tentativa de tamponar a falta em si mesmo, como uma espécie de busca do objeto que faça isso. Isso leva a pensar que, em relação à pulsão escopofílica, há um que tem êxito no fazer gozar o Outro e um que está ali para tapar o buraco com seu próprio olhar. Assim, questiona-se o sentido do ato de ver e de dar a ver. Em resposta a essa dúvida, Lacan (1958-1959/2016) diz haver no exibicionismo um mostrar o que ele tem, na medida em que o outro não tem, mergulhando-o na vergonha daquilo que lhe falta.

No que tange ao par exibicionismo-voyeurismo, temos:

“O que está em questão, tanto na fantasia do exibicionista como na do voyeur, é um elemento terceiro, que implica que pode surgir no parceiro uma consciência cúmplice

que recebe o que lhe é dado ver – que aquilo que o expande em sua solidão, aparentemente inocente, se oferece a um olhar oculto – que, assim, e o próprio desejo que sustenta sua função na fantasia, que vela para o sujeito seu papel no ato – que o exibicionista e o voyeur gozem, de alguma maneira, vendo e mostrando, mas sem saberem o que veem e o que mostram (Lacan, 1960-1961/1992, p. 300).

A relação de fetiche, portanto, se dá de forma dual. O sujeito se coloca no lugar de objeto, para tentar escamotear a falta e o limite, ao mesmo tempo que usa o véu para esconder o objeto, gozando sobre ele. Lacan (1956-1957/2008) aponta ainda que:

Desde que o sujeito percebe, no objeto de que espera a onipotência, o Outro primitivo, essa falta que o faz, a ele mesmo, impotente, a última instância da onipotência é referida para além, a saber, ali onde alguma coisa não existe ao máximo. A negação da castração, do limite, incide, portanto, na sobreposição desse vazio. A perversão no fetiche existe onde o sujeito mira o mais além, simbolizando sua falta no véu, enquanto tenta negá-la, simultaneamente. (p. 132).

A presença do simbolismo do Nome-do-Pai, da castração simbólica no inconsciente, é negada pelo indivíduo perverso, tornando a angústia uma ação de permanente transgressão e desafio à Lei (Chaves, 2018). O perverso obtém seu gozo através da insistente busca pela negação, em seu constante desmentido e, em um paradoxo, da afirmação da castração simbólica através de uma busca de satisfação pulsional completa ao ocupar o lugar da falta, do vazio no Outro, do pai simbólico e detentor da Lei.

Observa-se então uma convergência ou uma ascensão para o momento que pode ser muito significativamente qualificado de passagem ao ato. Durante essa passagem ao ato algo se realiza, que é fusão e acesso a esse mais-além. Nesse instante o perverso é arrancado a si mesmo e, por um instante mais ou menos frágil e transitório, até mesmo virtual, encontra-se como parte constituinte dessa unidade potente de si com o Outro através do fetiche; de um funcionamento momentâneo, um mecanismo perverso. O próprio da perversão é precisamente que essa unidade jamais pode ser realizada, senão em momentos que não são ordenados simbolicamente, na passagem ao ato perversa, e através de uma fantasia perversa.

Segundo alguns autores, raramente encontraremos o sujeito perverso teórico em uma clínica (Dunker, 2016). Uma vez que esteja neste lugar de presença, de ocupar um vazio, o

perverso clássico não buscaria a auxílio. Claro, é muito lógico pensar nesta hipótese, uma vez que ele está unido ao seu mecanismo de gozo. Não há falta; não há produção de sintoma neurótico ou de queixa. Não há movimentação de desejo, já que o sujeito perverso goza. Podemos, porém, falar de montagens perversas, em contraponto à uma estrutura perversa, com saídas perversas para algumas situações.

Para Lacan (1956-1957/2008) só há estabilização da perversão na medida em que se apreende este símbolo único, privilegiado e ao mesmo tempo não permanente, que é o objeto do fetichismo, isto é, algo que simboliza o falo, e será o significante da perda fundamental. Ainda residem alguns elementos do estudo das perversões a serem expostos neste estudo. Existe a fantasia perversa, algo que deve, de mesmo modo, ser apreendido e atravessado para que o quadro da perversão seja estabilizado.

No desmentido, portanto, o sujeito, por hora possui um reconhecimento da realidade da ausência do falo, por outra, não a reconhece. Na perversão, o sujeito é capaz de escapar de fazer a objeção inicial ao Outro, de escapar à total psicose, mas que nesse mesmo movimento, esse efeito de abolição não situa o perverso na neurose clássica. (Lebrun, 2008). É na clivagem, entre o Real e o Imaginário, que se situa o perverso, numa hibridez pulsional, e daqui se dará todo o estilo de funcionamento do sujeito da perversão na vida cotidiana, bem como numa clínica das perversões.

Como já citado, a negação é um processo que opera a nível da realidade, do arquivamento dos rastros de uma percepção, nas ruínas, como veremos adiante, de uma infância, de um local onde a relação mãe-Pai-sujeito se fazia, o nível imaginário, e numa solução fantástica para que serve como resolução para tal processo. Logo, as consequências do desmentido são muito diferentes de uma neurose ou de uma psicose, no sentido de que, como aponta Lebrun (2008), e como já citamos aqui, este mecanismo não se dá apenas a nível

intrapésico, de início, pois aquilo sobre o que se refere ao desmentido já escapou ao sujeito, estando inscrito agora em uma fantasia perversa sobre a realidade.

Em suma, no desmentido temos um mecanismo de defesa que opera na clivagem, na possibilidade de manter o jogo de satisfação pulsional completa do sujeito, ao passo que afasta a realidade de uma castração. Aqui, como já mostrado, a apreensão de realidade do sujeito está distorcida pela fantasia perversa, da manutenção do gozo todo potente, fálico, a qualquer custo, dada a insuportabilidade do sujeito em se ver de frente com a angústia do trauma da castração.

3.3. A Instrumentalização da Perversão: A Erotização Atuada de uma Defesa.

Vemos em Lacan, (Lacan, 1956-1957/2008) que existe, nas perversões, uma redução simbólica, que eliminou progressivamente toda a estrutura subjetiva da situação para deixar subsistir apenas um resíduo inteiramente dessubjetivado e, afinal de contas, enigmático, porque conserva toda a carga – mas a carga não revelada, inconstituída, não assumida pelo sujeito – daquilo que é, no nível do Outro, a estrutura articulada em que o sujeito está engajado. Afirma ainda que pode ocorrer, com efeito, que um acidente evolutivo ou um incidente histórico atinja os laços da relação mãe criança com referência ao terceiro objeto, o objeto fálico.

Freud (1927/2011), em sua obra 'Batem Numa Criança', propõe essa a afirmação em dois momentos, como possíveis formadores da perversão: meu pai bate numa outra criança, que não eu, porque me ama e odeia aquele e, num segundo momento, meu pai, que me ama, me bate como forma de amor. Lacan, por sua vez, traz a passagem num terceiro momento: bate-se numa criança como algo desubjetivado, vindo da Lei simbólica da castração, pois não se sabe quem está batendo, onde, ou em qual criança.

Temos então um dos formadores de uma fantasia perversa. Nessa fantasia todos os elementos que circunscrevem o conceito estão lá, mas tudo o que é significação está perdido, a saber, à relação intersubjetiva. O que é indicado no sentido de uma relação estruturante

fundamental da história do sujeito no nível da perversão é ao mesmo tempo mantido, contido, mas o é sob a forma de um “puro signo”. (Lacan, 1957-1958/1998, p. 120).

A fantasia perversa é algo de mesma ordem ao fetiche; algo que fixa, reduz ao estado da instantaneidade, caracterizando uma redução da cena plena, significativa, articulada de sujeito a sujeito. Na fantasia, a cena fica carregada de todos os valores eróticos daquilo que ela exprimiu e de que ela é testemunha e o suporte. – e o fetiche, nos diz a análise, é um símbolo (Lacan, 1956-1957/2008).

Temos a forma da perversão na valorização da imagem, na medida em que ela permanece uma testemunha privilegiada de algo que no inconsciente deve ser articulado, e reposto em jogo numa dialética de transferência. Como já visto, no fetiche o sujeito coloca um véu em frente ao objeto e o mais além, um nada, uma falta, simbolizando nesse véu o imaginário, o jogo traumático perdido que tenta reconquistar e reelaborar como forma de realidade.

Supõe-se dessa afirmação uma espécie de atuação. Uma tomada de ação por parte do indivíduo, através de uma repetição. O que poderia, portanto, ser uma fantasia perversa atuada? Um fetiche posto a frente, ao ato?

Robert Stoller, psiquiatra e psicanalista americano, problematiza a perversão seguindo uma premissa que nos será de interesse à resposta deste questionamento.

Abertamente, ele [o sujeito perverso] apenas existe no script. Ele encontrou um modo de ser sádico, expressando essa satisfação ao se convencer de que não é o sujeito assustado retratado na história. Cindindo sua identificação entre o vitorioso e a vítima, ele é capaz de satisfazer, como se existissem, a duas pessoas diferentes, dentro dele mesmo. (Stoller, 1975/2015, p. 155).

Na visão de Stoller (1975/2015), o desmentido, característica da estrutura perversa, ocorre através de um trauma externo à sexualidade, levando a criança ao não fechamento do ciclo edípico em recalçamento. A perversão, nesta teoria, tem um desfecho sádico-anal, componentes pré-genitais da sexualidade, e sempre se daria de maneira hostil, onde o sujeito

assume uma fantasia de vingança escondida em ações que a dissimulam, convertendo um prazer passivo traumático infantil em um triunfo ativo adulto.

Nesta montagem, a hostilidade assumiria a forma de fantasia perversa, uma fantasia de vingança. O sujeito perverso viveria uma encenação de sua experiência traumática, de modo a tentar trazer para si o controle desta; onde ele possa exercer os mecanismos hostis direcionados a um objeto, um outro, de maneira a obter um certo risco e mistério, fatores que lhe foram roubados do ato sexual, e os quais irão incrementar o gozo pela situação. Seria uma tentativa de encenação “correta” do trauma que sofreu, onde o sujeito poderia alterar as variáveis traumáticas e se vingar do abusador, encenando-o no objeto-vítima.

É importante salientar que hostilidade e agressividade não se dão de maneira semelhante, porém. Para Stoller (1975/2015), hostilidade se define por um estado no qual se deseja causar dano e dor a um objeto, enquanto a agressividade implicaria apenas a presença de uma força ou potência que precisa ser escoada, não necessariamente de maneira hostil.

Neste sujeito, fustigado pelo trauma, existiria em um conflito, seguido por uma regressão no psíquico, suscitando angústia, a qual será repelida por mecanismos defensivos de atuação sobre o outro. É visto de semelhante maneira em Lacan (1956-1957/2008), onde a regressão se dá como aquilo que se passa quando o objeto real, e ao mesmo tempo, a atividade feita para captá-lo, vem substituir a exigência simbólica. O perverso é, nos termos dessa passagem, um indivíduo regredido, tentando captar o objeto real, o mais além, ao mesmo tempo que se vê em uma resolução de conflito imaginária, no momento onde sua infância foi atingida pelo trauma.

A fantasia aqui é o dispositivo pelo qual o sujeito se dispõe da angústia, do medo, e do horror do cerne traumático, transformando aquilo em uma ideação que será aplicada mais tarde em um parceiro, um objeto a ser hostilizado, para então finalmente se tornar gozo e repetição, geralmente em um ato arriscado, como uma maneira para manter propósito numa luta contra o

desinteresse sexual vindo do trauma, a fim de incrementar a situação sexual e a excitação. Uma fantasia perversa construída pelo sujeito através dos anos é posta em ato, a fim de manter coerência e preservar o prazer erótico, visando a manutenção de uma identidade sexual ameaçada, revelando assim, uma função para a perversão, como forma de ser no mundo. O objeto fetiche, nessa analogia, é o outro, mesmo que ainda subsistam outros elementos objetivos que incrementem a cena perversa (Lacan, 1956-1957/2008).

É importante notar que estamos às voltas aqui com a questão da sexualidade. Mesmo que tenhamos uma relação muito clara com um objeto, Stoller (1975/2015) traz que a perversão se dá pelas vias da sexualidade, seja pelo ato anatômico genital, ou pela identificação do sujeito com seu próprio gênero ou sexo serem atingidos por um agente traumático. O impacto do trauma no psiquismo da criança em desenvolvimento se dá nas vias sexuais.

A criança foi traumatizada ou superestimulada exatamente no ponto onde deveria haver o mistério: os genitais, ou o desejo de investiga-los (Stoller, 1975/2015), trazendo um severo sentimento de culpa como decorrência de tal processo. Freud já havia trazido tal questão, na qual a excitação sexual vivida precocemente pelas mãos de um adulto representava um trauma, e poderia contribuir para a consolidação de uma perversão Stoller (1975/2015) traz as vias da necessidade de recapturar essa sensação de mistério através da formação perversa, sendo transformada, portanto, em uma aventura bem sucedida de obtenção de gozo triunfal.

O final para o mistério, onde a angústia da castração, de ir em direção ao proibido, somado ao medo mais primitivo da destruição da identidade advém pela criação do ato perverso totalmente desabrochado, consciente, ou pela fantasia do ato. Nele, o mistério se resolve por artifícios, tais como a mulher fálica, a negação, a clivagem, a evitação, o fetiche, a idealização, adoração fálica, e assim por diante. Uma vasta seleção de fantasias e artifícios, todos servindo para anunciar a inexistência do mistério do mais além e do domínio do perverso sobre o trauma e a Lei simbólica da castração.

No imperativo do gozo hostil, através de uma repetição que significa conquista e domínio de si mesmo, existe uma necessidade de escapar ao velho trauma, sendo o orgasmo e a vingança suas recompensas, seu gozo triunfante (Stoller, 1975/2015). O sujeito da perversão aqui continuaria na função de objeto, escravo de sua própria pulsão, ainda que sua perversão seja um produto da ansiedade, onde o seu comportamento foi moldado a partir de fragmentos, de ruínas do comportamento libidinal.

No ritual perverso exposto, todo o risco e mistério visariam o propósito do sujeito de lutar contra um desinteresse sexual que poderia ser resultado de sua história traumática. A função do risco aqui é justamente incrementar a excitação e garantir uma gratificação sexual, o orgasmo; um risco que, por sua vez, não pode ser extremado, pois o sujeito ainda deve se sentir sob controle. O que importa nesse histórico de repetição é uma sensação de que está em risco, na verdade; uma impressão de risco, inerente à dinâmica da vingança.

Como trazia Freud (1920/2010), as compulsões à repetição exibem um caráter pulsional e de conquista, de domínio ou controle. Cada nova repetição parece melhorar o controle que o sujeito possui, ou tenta possuir, sobre a impressão. Para a criança, ou o indivíduo regredido, cujo aparelho psíquico está rígido pelo trauma, a repetição, o reencontro com idêntico, é em si mesma fonte de prazer. Aqui, portanto, o perverso se inscreve no imaginário proposto por Lacan, no reencontro com a imagem de um passado de formação do eu, tentando, através de ensaio e erro, reconquistar a infância perdida.

A necessidade que o perverso tem de repetir compulsivamente e estereotipadamente, ou seja, de mesma forma, sua cena traumática atesta a impossibilidade de tal ato colocar o sujeito completamente afastado e a salvo do perigo (Ferraz, 2017). A memória do trauma inconsciente não cessa de se manifestar, se vendo às voltas com o sujeito em toda a atuação hostil, exigindo assim uma defesa.

Mesmo que esta abordagem se assemelhe muito aquilo que estamos tentando afastar neste trabalho, a perversão e o sujeito perverso como desumanos e monstruosos sujeitos do gozo do mal, a trazemos aqui por causa do mecanismo de perversão (Stoller, 1975/2015).

Uma espécie de função perversa, uma instrumentalização, como o título deste capítulo sugere, já que se diferencia, segundo o autor, da anormalidade, da criminalidade e do aberrante, aproximando-se daquilo que é o sintoma neurótico, utilizado por todos os humanos. A fantasia perversa aqui se faz presente. Não sendo igual ao ato, é mecanismo perverso, cuja função é aumentar o perigo, em dar um passo rumo ao desconhecido, além da experiência de medo ou da ansiedade, aliado ao prazer excitatório, no caso da perversão.

Stoller, 1975/2015, nos traz como exemplo ao dizer que

“...talvez possamos pensar no mecanismo da perversão (como todos os mecanismos neuróticos) como análogo a mecanismos fisiológicos tais como a febre. O grau importa; a qualidade e quantidade de outros sinais e sintomas que acompanham a febre são importantes, assim como a duração, a evolução clínica, as variações na etiologia, ou o sucesso ou o fracasso do mecanismo de restauração da homeostase. Mas o mecanismo, por si só, nos diz muito pouco sobre as condições gerais do organismo (pp. 197-198).

A ótica da perversão vem como uma instrumentalização do desmentido, através de mecanismos eróticos baseados em vingança, hostilidade, perigo e desumanização a fim de superar um trauma desorganizador vivido na infância, realizado sobre o mistério do descobrimento das funções genitais e sexuais traz elementos que podem ser trabalhados pela ótica do sintoma.

Stoller supõe que, quando existe um trauma sexual completo na infância, talvez não se resulte deste uma perversão, mas sim um apagamento da função sexual, uma abolição ou impossibilidade de exercê-la. A perversão aqui, portanto, se resulta de um dano na função, mas não de sua completa destruição, servindo, como já bem colocado, para preservar um histórico familiar, social, sexual e reprodutivo do indivíduo, mesmo sendo um mecanismo que “perturbe” a sua mente (Stoller, 1975/2015).

Podemos inferir que exista uma esperança de salvação através da perversão. Se há perturbação no sujeito, há angústia, nos afastamos um pouco mais da compreensão clássica, patológica e aberrante da perversão, bem como da ausência de uma clínica da perversão. Ao considerarmos a perversão num quadro afetivo-relacional, de um sujeito que está em sofrimento, os profissionais ‘psi’ são capazes de oferecer uma escuta qualificada (Cury & Salomon, 2011).

Cabe reforçarmos a ideia. Quando consideramos os atos de perversidade desumanos, ou seja, fora da humanidade, além do humano, solapamos uma diferença entre o perverso e os demais. O sujeito perverso volta ao patamar de ‘mítico’. – E as categorias nosológicas não fazem muito diferente. Dentro da ideia que o sujeito que comete atos perversos é não humano, dizer de um “transtorno fetichista” não o torna mais pertencente à categoria dos seres vivos.

Quase todo comportamento sexual, no neurótico, traz em si traços do mecanismo perverso. Na neurose a fantasia perversa é recalcada, virando sintoma, uma queixa mal simbolizada, enquanto na perversão existe uma atuação, sendo este o sintoma. Os perversos, portanto, expressam os sintomas de maneiras viscerais, que, como já exposto, são símbolos. A hostilidade e a objetificação de outrem, o seu objeto de fetiche, compõem as bases do conceito de desmentido, onde o sujeito tenta tomar para si uma potência perdida, tanto pelo falo, quando pelo trauma que lhe foi causado. A perversidade do ato, em suas formas de crueldade, dizem então de um sintoma, uma conformação psíquica do sujeito, podendo ser analisadas como tal.

3.4. Montagens Perversas

Vemos em Stoller (1975/2015, p. 205) que “a perversão é uma neurose sexual erotizada” e atuada, acrescentamos, formada por um trauma sexual. Partindo desta premissa, onde o sujeito dispõe de mecanismos perversos para lidar com situações traumáticas, ou até mesmo com sua própria negação da Lei simbólica, temos ainda uma montagem, designada pela “operação de reunir as peças de um dispositivo, um mecanismo ou qualquer objeto complexo, de modo que possa funcionar ou preencher o fim a que se destina” (Aurélio).

Para a psicanálise, montagem se refere à parte de um conjunto à qual faz parte o objeto, sendo esse ainda interno e externo, fazendo assim parte do aparelho pulsional (Lannes, 2012). A fonte, a pressão, o alvo, e o objeto sempre fazem parte deste aparelho pulsional, tendo a fonte e a pressão origens físicas, não sendo assim deslocáveis.

No modelo de perversão de Robert Stoller, a montagem se situa na edificação do sujeito em torno do gozo hostil, da obtenção do prazer sexual através da objetificação e eventual fetichização do outro, estes sendo mecanismos que agem como indicadores sintomáticos de uma condição anterior, de um trauma e de uma negação, ainda que mantenham e sejam combustíveis, na forma de fantasia, para a atuação perversa.

Na prática, obviamente o objeto de atuação de uma perversão é uma pessoa do mundo real, com uma personalidade formada, a qual o sujeito tenta transformar em uma criatura sem humanidade ou simplesmente em um fragmento anatômico ou de personalidade. O objeto, na montagem perversa, é sempre descartável (Ferraz, 2017), sendo capaz de demonstrar por que a promiscuidade faz necessariamente parte do repertório da vida sexual de um perverso que atue por essas vias, da sexualidade. O perverso, no entanto, mantém a noção de que seu triunfo acontece na fantasia e, nesse sentido, ele se difere do psicótico e, como visto, a realidade do trauma não é completamente removida, sendo, portanto, necessário recomeçar o jogo novamente.

Calligaris (1986) aponta que as montagens perversas se dão entre dois sujeitos: neurótico-perverso e neurótico-neurótico, os quais se juntam em uma mesma fantasia, numa tentativa de chegar numa modalidade de gozo comum a ambos. Como já foi exposto, as soluções perversas aparentemente precisam de uma cena para acontecer, que não necessariamente está restrita ao campo da sexualidade, mas de uma relação cristalizada com um objeto, numa regressão psíquica.

As soluções perversas comumente causam colapso nas relações sociais, ao mesmo tempo que tiram delas seu fundamento essencial para existência. As práticas ou fantasias perversas não existem sozinhas; fica claro que dependem de um agente externo, seja um outro encarnado na forma de fetiche, ou uma Lei externa que age sobre o sujeito, colocando uma moralidade que serve como dito histórico-cultural daquilo que pode ser, ou não, transgredido, trazendo finalmente aquilo que causará eventual ruptura no laço social.

A perversão poderia ser considerada como a colocação em jogo de algo que Freud (1927/2011) chamava de objeto parcial, algo que, como é bem sabido, foi considerado por Lacan, bem como outros teóricos, como possível característica análoga à perversão a relação com um objeto parcial, ou como Winnicott (1965/2013) nos traz, o objeto-transicional. Nesta perspectiva, Joyce-McDougall (1978/2013) traz a cena do perverso com um sujeito que cuidadosamente monta, ritualisticamente, um teatro através do qual há de que se provar, *ad infinitum*, a existência da castração. É uma cena com um enredo singular, cuja intenção inconsciente é demonstrar um triunfo sobre a castração, já que essa, na verdade, é um fantasma que ronda o ato e por ele é visado. A castração, portanto, seria o cerne de toda a criação perversa.

Segundo a autora, a compulsividade nas perversões se daria de acordo com um desafio que se faz no confronto com a angústia, ao passo que há a encenação, a fim de provar e diminuir a ameaça da castração, considerando a mesma ‘lúdica’, não perigosa ou destrutiva, mas sim prazerosa, produtora de gozo. O sujeito perverso, nessa perspectiva, se veria às voltas com a recaptação constante desse ideal, no intuito de triunfar fantasiosamente sobre a castração. Mesmo que as voltas constantemente com a realidade e angustia proveniente, a perversão aqui se dá por uma compulsiva repetição protetiva, uma tentativa de escamotear ou negar a realidade da angustia da castração.

A economia libidinal aqui se organiza de forma a atuar tudo que se passa no campo da fantasia sexual (McDougall, 1978, citada por Ferraz, 2017), o que lhe retira a possibilidade de

escolha ou de renúncia à pressão pulsional. Logo, é de angústia que é composta a força de movimentação do ato sexual, e nesse sentido ele se assemelha à drogadição: um ego escravizado pela compulsão, à atuação de fantasias, já que não obtém possibilidade de obtenção de outro escoadouro.

A sexualidade funcionaria como uma droga, não estando no registro do prazer ele mesmo, na questão sexual, mas no registro da necessidade. É uma sexualidade que mira a um objeto anônimo, requisitado a desempenhar papel definido e controlado, não possuindo valor algum se não como parte da intrincada cena perversa, perdendo seu valor subjetivo, como outro, atribuído de personalidade. O ato sexual perverso aqui seria apenas uma repetição ritualizada em que o parceiro-objeto atua como um protetor contra a depressão e a perda de identidade do sujeito perverso.

A fantasia perversa, neste caso, é a ilusão repetitiva da vitória contra a castração, sendo essa condição de gozo perverso, bem como mantedora e articuladora da cena perversa estereotipada. O sujeito perverso aqui, de modo semelhante ao que encaminhamos nesse trabalho, detentor de uma onipotência, pois acredita deter o segredo do desejo sexual, muitas vezes demonstrando desprezo pelo convencional, por aquilo que é comumente trazido como o ato sexual 'normal'.

No que toca à diferença entre a perversão e psicose, tema já trazido também nesse trabalho, McDougall concorda com a saída lacaniana para o problema, trazendo que, no caso da perversão, aquilo que foi recusado não é restituído ao sujeito sob forma delirante, mas é sempre redescoberto em função da ilusão que seu ato sexual contém (Ferraz, 2017). Temos aqui também, ante a uma compulsão sexual do perverso, encarada na forma de adição, à moda das toxicomanias, uma operação de regressão na sexualidade do sujeito, outro dos fatores já abordados anteriormente em nossa discussão. A sexualidade aqui se apoia sobre o somático, onde o desejo cede espaço a necessidade.

Como já visto em Lacan (1957-58/2008), a necessidade precede a relação do sujeito com o desejo. É a partir do momento que a mãe vira potência, real, marca de um valor de satisfação para a criança, inapreensíveis, o objeto se torna simbólico. E esta é a marca da impossibilidade do perverso. Onde, no neurótico, castrado, o objeto satisfaz uma necessidade, mas também simboliza uma potência favorável, numa dupla possibilidade de satisfação, no perverso apenas serve o primeiro momento.

Nesse tipo regredido de sexualidade, estamos as voltas com os estágios iniciais, pré-genitais da organização da criança. Para McDougall (1982/2015), na perversões o sujeito está de frente, em sua fantasia ilusória, em sua cena, com as trocas sensoriais um dia existentes entre mãe-bebê, e onde os temores maternos desempenham papel fundamental na estruturação do mundo interno. Porém, é de modo delicado que podem ser supostas as gêneses das perversões nesse momento, pois todo o campo das organizações não neuróticas da personalidade encontram aí sua origem.

Na dinâmica dos papéis familiares, a autora supõe que a mãe, para reparar uma fantasia de dano pessoal interior, investe o filho da condição de extensão libidinal ou narcísica dela mesma, investimento esse que leva ao desejo de excluir o pai de seus papéis reais e simbólico (McDougall, 1995, citada por Ferraz, 2017). Essa situação é agravada quando o pai aceita o papel passivo que lhe é atribuído, pois desse modo, os terrores e desejos libidinais primordiais do bebê não encontram caminho para elaboração satisfatória.

Vemos então semelhança com o demonstrado anteriormente. A articulação com um terceiro, nesse caso o pai, ditará as coordenadas fundamentais de uma negação inicial do Outro; de uma separação de desse outro. No caso da sexualidade segundo a teoria de McDougall, há, portanto, diante de uma passividade desse terceiro, uma ausência de representação sexual do *self* adulto. Uma falha de elaboração das angústias mais primitivas tornaria a criança predisposta a um novo colapso ao ter de reelaborar as novas angústias, decorrentes de uma castração edípica.

Ante a predominância do mecanismo da negação, afastando ou diminuindo a presença do terceiro, a autora conclui uma impossibilidade da relação de preocupação com o bem estar do outro.

Predomina nesta abordagem a temática do sujeito regredido e cindido, bem como a de uma defesa ante a castração e manutenção de uma relação fantasiosa em relação a uma potência dada como perdida. Nota-se ainda uma continua relação a três, o conflito edípico, onde o sujeito tenta colocar-se no lugar da Lei simbólica, ao passo que objetifica ou torna objetal uma relação com outrem, despersonalizando um todo, ou partes – como a sexualidade – daquele indivíduo.

Dá-se de modo semelhante nas hipóteses da perversão em Chasseguet-Smirgel (1984/1991), a qual propõe um retorno a Freud nas peculiaridades do conflito edípico, na formação do fetiche, e dos três tempos da teoria de Freud. Primeiramente, organiza a perversão em relação ao seu papel sádico-anal regressivo, bem como num papel narcísico do sujeito perverso, centrando, portanto, a abordagem das perversões na questão do fetichismo.

Conceitua que a saída perversa para obtenção do prazer sexual é a regressão, a qual consegue conduzir o desejo e suas representações ao domínio pré-genital, abolindo assim o adiamento do prazer, bem como desaparecendo com a função genital da psicosexualidade.

Num segundo momento, temos a ênfase de que a evolução psicosexual do menino é interrompida pela crença de que ele adquire de que seu falo infantil, ainda que pequeno, é superior ao do pai em qualidade e que ele, mesmo sendo criança, é um parceiro perfeito, nada desejar em relação ao pai. (Chasseguet-Smirgel, citada por Ferraz, 2017). Novamente temos aqui uma das saídas para o complexo de Édipo, onde a criança se vê em frente com uma solução para lidar com a potência e o falo, significante da possibilidade do desejo ante a falta, na problemática edípica (Santos & Besset, 2013)

A negação aqui se dá na manutenção de uma crença sobre uma suposta infantilidade do psiquismo, “um pequeno falo infantil”, o qual mantém a fantasia ilusória do sujeito da perversão.

O Pai, o terceiro da Lei simbólica, se tornou apenas uma miragem, diminuído simbolicamente diante de um pacto estabelecido ante o sujeito e o Outro, a mãe simbólica. Aqui, através das experiências do conflito edípico na formação da perversão, atesta que, como em Freud, o sentido fundamental do desmentido é a negação da diferença sexual, através da negação da castração, a qual sujeito da perversão tentaria manter a qualquer custo, sendo até mesmo o da transmutação da realidade, novamente um fator comumente associado à formação da perversão nos autores que abordamos aqui.

Se o falo da criança é qualitativamente superior ao do Pai, e se, por isto mesmo, ele é o parceiro mais adequado para manter a fusão com o Outro, então a diferença entre a criança e o adulto também se desfaria. Além de considerar que o sujeito da perversão incorpora uma tentativa de subverter a ordem, sendo ele mesmo a incorporação daquilo que é avesso, talvez maldito, Chasseguet-Smirguel (1984/1991) considera que o sujeito perverso usa ainda da agressão como operação para tal fim. Ora, como vimos em Stoller (1975/2015), existe o papel de uma tendência hostil e destrutiva no sujeito da perversão, no caso, uma erotização do ódio, os quais residem no amago de uma formação perversa.

Por último, temos ainda o papel da fictício na vida do perverso. Como destacado por Ferraz (2017), e como já apontado anteriormente, a vida psíquica do sujeito na perversão reside sobre uma fantasia, uma crença ilusória de que não precisa crescer, visto que, no caso, agrada a mãe e pode tomar a função da Lei simbólica. A não inserção na genitalidade pode permitir o embuste que seria a abolição das diferenças.

Porém, o sujeito permanece cindido. A crença na ilusão não assumiria totalmente a vida psíquica do indivíduo, devido às próprias características que a clivagem do ego representa, ao tratarmos da negação. Desse modo, portanto, segundo a autora, o perverso necessita de um mecanismo que possa resguardar essa ilusão. Entra em cena a repetição da fantasia perversa, a

atuação, uma encenação repetitiva que pode se alastrar para outros campos da vida emocional do sujeito.

Temos claramente, dentre todas as teorias, uma repetição, em maior ou menor grau, de conceitos norteadores do que consistiria uma estrutura perversa. Nesse momento, o foco se dá na presença do objeto parcial e o uso do mesmo para atuação de uma ilusão, de uma fantasia perversa. Traremos por último o trabalho de Masud Khan (1979), o qual apresenta as perversões com ênfase no fenômeno da alienação, aproximando a estrutura perversa da psicose.

Para o autor, o perverso colocaria um objeto impessoal entre o seu desejo e o cúmplice, o qual poderia ser uma fantasia estereotipada, um artifício, ou uma imagem pornográfica (Khan, 1979, citado por Ferraz 2017). A alienação, por sua vez, estaria relacionada ao mecanismo de dissociação, o qual colocaria as perversões como patologias do ego, visto que não se trataria apenas de um modo regressivo de obtenção de satisfação sexual.

A gratificação proveniente da descarga sexual aqui ocorreria como um alívio para os estados de angústia do sujeito perverso do que como satisfação por si mesma. A função sexual é deduzida como uma ferramenta para satisfação de necessidades pré-sexuais, sendo o objeto de direcionamento dessas tendências apenas um objeto impermanente, como já visto, um fragmento impessoal que serve as necessidades da montagem perversa.

A relação do sujeito perverso com o outro-objeto se dá, segundo Khan, através de uma imagem idealizada do próprio self, remetendo à infância e repetindo uma idolização da criança pela mãe como um objeto por ela criado, a qual explicaria a necessidade de uma situação de intimidade buscada pelo perverso no contato com o parceiro, criando com o outro uma relação que deve ser privada e secreta. Cada um dos membros da relação viveria de modo reparador em relação ao outro, idealizando o contato, separando-se maiores consequências traumáticas. A gratificação desse modo viria por um compartilhamento de uma experiência exclusiva, da qual nenhum outro é presente.

O perverso, segundo Khan (1979), possui uma especialidade na interação com o objeto, a qual chamou de “técnica da intimidade”. Tal técnica designa o caráter e o clima emocional da relação de objeto, através da qual o perverso faz saber a si mesmo e, ao mesmo tempo, desencadeia no outro algo que pertence à sua natureza mais íntima, resultando numa comunicação que é puramente corporal, pré-verbal.

A montagem perversa se daria de maneira ao sujeito se fundir ao objeto, dada a intimidade e profunda ligação, que no entanto, deve permanecer fugaz; deve permanecer algo que implica necessariamente em uma participação das duas partes, de uma ligação. A criatividade do sujeito se daria, portanto, na manutenção desse tipo de relação, uma espécie de autoerotismo à dois, renunciando às identidades e aos limites de cada um, a vista de compensar os cuidados maternos, numa regressão.

A montagem perversa, porém, está fadada ao fracasso, uma vez que o sujeito não pode entregar-se, de fato à experiência, uma vez que necessita manter o controle da situação através do emprego maciço do mecanismo da dissociação e da manipulação do ego. A intimidade, portanto, só acontece pois o sujeito da perversão tem a total noção de que não está genuinamente envolvido. Dado o fracasso inevitável, jaz aqui a repetição, a face compulsiva da perversão.

Demonstra-se nesta teoria a presença da escola inglesa de psicanálise através do objeto transicional de Winnicott (1965/2013). Em um primeiro estado, a criança se relaciona com objetos parciais. Por exemplo, o bebê pode conhecer a mãe por inteiro a partir de uma parte, o seio. É uma aquisição que se desenvolve gradualmente, e só vem a existência de fato quando as condições são suficientemente boas, permitindo também o desenvolvimento de capacidades específicas.

O objeto da perversão, portanto, pode ser manipulado, pode obedecer, pode ser reinventado, destruído, abusado, idealizado, descartado, tratado com ternura, etc. Assim, através desse objeto, o perverso busca curar-se dessa falta de integração do eu, resultante de

uma falha na dinâmica de cuidado, que, por conseguinte, reproduzem uma falta na transicionalidade.

É em um *acting-out* que Khan (1979, citado por Ferraz 2017) define as bases do funcionamento mental do perverso, uma característica fundamental que sobrepuja um pensar, em detrimento de um agir, permitindo ao ego reverter uma dificuldade intrapsíquica, projetando a tensão provocada pela necessidade sobre uma outra pessoa. Se o ego luta contra a entrega passiva, a projeção permite-lhe sentir o domínio ativo do impulso e do objeto, o que lhe proporciona alívio.

O *acting-out* assume também função de execução de atos reparatórios, endereçados ao objeto real, já que como decorrência das perturbações patológicas nas relações mãe-bebê precoce, o perverso vive um estado de impotência diante de suas tendências reparadoras e criativas. Segundo Miller (1997), no fundo, permanecem crianças pequenas, dependentes, mesmo em idade avançada, não sabendo que seriam mais autênticas consigo mesmas e com os outros se deixassem seus sentimentos da infância aflorar, tornando-se mais fortes e coerentes em suas relações, podendo assim ser expostos a novas emoções que emergem da mais tenra infância e experienciar o desamparo de outrora, o que, por sua vez, reforça nossa segurança.

Atuar permite ao perverso estabelecer uma comunicação com objeto real, perdido, o que é já é uma experiência importante ante o quadro aterrador de seu isolamento afetivo, sua carência de contatos significativos, sua solidão e seu enclausuramento narcísico. Existe aqui ainda uma “arrogância”, uma grandiosidade do sujeito da perversão, nada mais do que uma defesa contra a perda de si mesmo.

A pessoa “grandiosa” deve ser admirada em todos os lugares; ela assim o precisa fazer para sustentar sua realidade ilusória. Tem que fazer tudo com excelência, e o consegue. Admira-se a si própria por suas qualidades, que envolvem beleza, inteligência, aptidão, sucessos e realizações (Miller, 1997). Uma vez que uma dessas qualidades falha, a catástrofe da depressão

severa é iminente. Logo, o sujeito da perversão, para afastar tais sentimentos, parece sempre ser uma pessoa disposta a tender às necessidades alheias, parecendo estar adequado às situações relacionais as quais pertence.

A ilusão de ter estabelecido relações verdadeiras e o sentimento de aprovação que decorre destas é fundamental à manutenção da autoestima do sujeito perverso aqui relatado; de mesmo modo, a repetição de tais padrões também é seu grilhão, pois “a ferida antiga não pode ser curada enquanto estiver sendo negada pela ilusão, ou seja, pelo inebriamento do sucesso” (Miller, 1997. p. 47).

No que tange a uma dinâmica familiar, Khan atribui ao pai a função de alguém que apenas se acha presente na vida familiar, não chegando a ser registrado como pessoa ou como presença significativa. Cabe a mãe, ao Outro, porém, proporcionar intensos cuidados corporais, mas de forma impessoal. Haveria uma falha de proporcionar à criança doses daquilo que Winnicott (1965/2013) chamava *de bonding e holding*, pois a função materna tenderia a tratar seu filho como se este fosse mais maduro do que na verdade é, promovendo um desenvolvimento precoce do ego, ao passo que estimula a manutenção de um vínculo primitivo autoerótico com ela, ou seja, uma fusão com o Outro.

Através da tragédia oculta existente em certos relacionamentos de mãe e filho, nas quais não ocorreu *bonding e holding* ineficiente, se mostra a força destruidora da necessidade de repetição, mostrando uma mensagem muda, inconsciente, de um antigo drama. A humilhação, o autodesprezo e o estranhamento de si mesmo, no sujeito da perversão, indicam o desprezo ocorrido na situação primária, e, por meio da compulsão de repetir, produzem as mesmas condições trágicas para obtenção do prazer pré-genital.

3.5. Neuróticos-Perversos ou Perversos-Neuróticos?

Almejamos até então fazer um apanhado dos elementos constituintes da estrutura perversa, utilizando da revisão de clássicos da literatura psicanalítica. Observa-se, claramente,

quão intrincado o tema pode se tornar, já que, sem exceção, todos os autores aqui trouxemos aqui possuem abordagens que trazem a perversão num espectro da atuação sobre a sexualidade, assunto sobre o qual tentamos adiantar o olhar, alcançando outras compreensões sobre o estatuto da perversão.

A estrutura perversa, como pôde ser abordada até aqui, apresenta algumas características, que são de comum acordo entre as teorias e autores, mesmo que abordadas sob as variadas óticas das escolas de psicanálise e seus discípulos. Vejamos, portanto, os elementos obtidos para caracterizar, teoricamente, a estrutura perversa até aqui:

- a) Inicialmente, temos o sujeito em sua fase pré-genital. Neste ponto Freud traz o perverso-polimorfo, onde a criança pode experienciar sua sexualidade de modo não genital, em diferentes regiões do corpo. Existe aqui uma negação primordial da criança em relação ao Outro. Existe também a possibilidade do jogo de pulsões parciais desse perverso polimorfo sob objetos na vida adulta, constituindo a perversão-polimorfa, bem como a destrutividade, como parte inextricável da sexualidade e do desejo humano.
- b) Dessa polimorfia da sexualidade, passamos ao complexo de Édipo e suas saídas. Em todas as teorias temos um contato com o papel dos cuidadores, e com suas funções simbólicas. A relação do sujeito com a tríade simbólica mãe-Pai-falo possibilitará a entrada, ou não, no campo do Outro, e mediará a relação sua com a falta e a castração.
- c) A *Verleugnung*, negação, desmentido, como mecanismo de defesa em relação a uma situação traumática e/ou resolução do conflito edípico. O sujeito sabe da castração, mas não quer saber, quer evitar a angústia provocada pela suposta perda do falo. Negação em relação a angústia sofrida por traumas externos, seja sobre a sexualidade, os órgãos genitais, seja por abandono ou falha no cuidado parental.

- d) Formação de fetiche ou uma relação fixada com um objeto. Em todas as teorias temos a participação de um outro sujeito que assume a função de objeto, seja com uma desumanização ou anulação total de sua personalidade em relação à perversão, ou de uma objetificação parcial, de uma característica a ser objetificada no outro, a exemplo o ato sexual.
- e) Relação estereotipada de compulsão e repetição em direção a esse objeto; um *acting-out*, passagem ao ato, ou encenação, a fim de reconquistar ou reelaborar a experiência traumática, a qual nos leva ao próximo ponto.
- f) Formação de uma fantasia perversa, uma ilusão, a qual tem por função manter o sujeito afastado do trauma, da angústia, ou de sentimentos aversivos, ao ponto que traz a sensação de controle sobre o trauma e si mesmo. É contrária a fantasia neurótica, pois mantém o sujeito fixado em sua repetição e serve como “pré-requisito” para que a cena perversa aconteça; um mecanismo perverso.
- g) Clivagem, pois o sujeito da perversão é regredido, habitando uma fase imaginária, de construção do eu, do ego, ao passo que se inscreve fantasticamente no mundo do Real, das ilusões e da fantasia perversa. Na negação constante do “sim, mas mesmo assim” o sujeito perverso sabe de sua angústia, mas ainda assim escolhe a relação objetal do gozo imediato e a defesa. O sujeito da perversão habita dois lugares ao mesmo tempo, não sendo nem totalmente psicótico, nem totalmente neurótico.
- h) Montagem perversa. Em todos os cenários o sujeito da perversão precisa de um outro-objeto, ou de um objeto outro, bem como da produção de uma cena, da fantasia perversa que aqui mantém a atuação em dia, pronta para a repetição.

É objetivo e fundamental tal elenco, necessário a fins de organização para direcionar o pensamento do leitor para a discussão que se dará.

Falemos, mais um momento, sobre a montagem perversa. Para Caligaris (1986), na fantasia perversa existem dois lugares ante o Outro que demanda: o de objeto que se tornou um instrumento, ao se apropriar do lugar da Lei simbólica, e o de saber sobre o domínio do gozo do Outro, suposto de ser da Lei. Isso permitiria “estar-se ao menos dois na mesma fantasia”, tornando a perversão um semblante de relação possível.

Fazer agir sobre o objeto parcial, um fetiche, aquilo que se destinaria ao Outro, fazendo-se, na fantasia do sujeito perverso a potência da Lei, negando a falta no Outro, por uma invasão, ou por uma objetificação-parcial do outro. Parece que, até então, todas essas afirmações aparecem de comum acordo entre as teorias e teóricos da perversão expostas até então.

Um neurótico com sintomas perversos. Essa afirmação iria ao encontro daquilo que é proposto por Stoller (1975/2015), que faz da perversão, mais especificamente, uma instrumentalização erótica de um ódio infantil traumático sexual. Enquanto o sintoma neurótico aparece por uma repetição pela fala, uma queixa simbólica de uma impossibilidade ante o recalque, o sintoma perverso apareceria no ato, através da análise da intrincada montagem perversa encenada. O gozo sobre um objeto parcial.

Se falamos deste fetiche, desta fixação repetitiva perversa sobre um objeto de gozo, falamos da possibilidade de uma neurose com sintomas de perversão. Falamos da possibilidade de sintomas defensivos, onde o sujeito tenta instrumentalizar sua dor na forma de uma relação estereotipada com o outro, em busca de uma potência; seja, essa uma reconquista do falo inalcançável através da constante negação, ou a retomada sobre uma Lei simbólica castradora, ou da conquista sobre trauma sexual em um ódio infantil atuado no outro.

Se a perversão, como estrutura, estaria fixada numa clivagem, numa hibridez entre a psicose e uma neurose, localizando o sujeito num construto pré-edípico, regredido, trazemos novamente a questão já exposta de que o sujeito do sintoma perverso possui noção daquilo que perdeu. Da falta que nega, da angústia que afasta, ainda que se mantenha em uma repetição, na

busca pelo gozo. É importante retomarmos esse conceito, pois defendemos a existência do sintoma, como no neurótico, no caso das perversões. Aqui o sintoma é uma passagem ao ato que traz consigo sintomas daquilo que houve num cenário pré-edípico formador, combinado ainda há uma ilusão, a uma fantasia perversa.

Se estamos aqui dispostos a analisar um sujeito neurótico, com sintomas, saídas ou soluções perversas, que acabam levando a um gozo repetitivo, ou a busca de um objeto de gozo parcial, torna-se necessário a investigação daquilo que se constitui como componente dessa nova montagem, do neurótico com saídas perversas e o outro, seu semelhante. O objetivo é entender a perversão através de sua montagem, através da relação sujeito-objeto que produz um sintoma, e que por sua vez não está desprendida de uma sociedade.

A montagem perversa, numa união de um sujeito da perversão a um sujeito da neurose objetificado poderia estar composta também pelo fascínio do neurótico-objeto pela perversão, pelo seu negativo? A ideia aqui é a da montagem perversa como fenômeno que influencia e dispara um desejo fantástico no neurótico. O objeto de gozo teria, por essa hipótese, ele mesmo um gozo próprio por fazer parte da cena, já que “A perversão é o sonho da neurose”, como traz Lacan (1972-1973/1985).

Existe, dentre todas as concepções aqui já vistas, dois lugares de montagem: primeiro, um suposto sujeito perverso que, em si mesmo, está no lugar neurótico-psicótico, pois constantemente nega uma angústia rememorada da castração, ao passo que fantasia a respeito de sua posição perversa sobre a forma de fetiche num objeto parcial, seja ele um outro, personalizado, que ocupa o segundo lugar de nossa montagem, ou realmente um objeto, dessubjetivado.

Carregamos nós, em um imaginário coletivo a imagem icônica da perversão como o gozo sem limites, do ser humano mitológico perverso, muitas vezes visto como sem emoções, o bastião do gozo sem consequências e, através disso, um poder infalível. Nosso negativo

recalcado em alguns momentos é experimentado como fantasia, uma vez que só poderá ocupar o lugar de objeto de gozo do Outro deste modo (Quinet, 2012).

E aqui habita a diferença fundamental entre os dois gozos e os dois fetiches:

A) Um é parcial, pela via da fantasia, de um objeto que está fundamentalmente perdido e que só poderá ser recuperado parcialmente, pois é esse o destino da pulsão. Um objeto parcial, em um Outro barrado pela Lei simbólica, o qual poderá ser parte do corpo do outro, seu semelhante, ainda que o tome como todo e não seja tomado por ele. Aqui o sujeito exercita a parte fundamental de sua sexualidade, a perversão-polimorfa, pelas vias do desejo, o qual circula o objeto *a*, inapreensível.

B) O outro é dado pelas vias da defesa, do desmentido, que busca negar o percurso da castração para reter um gozo fálico, todo potente. Neste temos a estrutura da perversão, onde o sujeito se coloca no lugar da Lei, ausente da falta, tentando tamponar a angústia da castração, ou do trauma, com objetos, os quais geralmente são desumanizados, desobjetivados. Neste modelo, o sujeito permanece regredido, clivado entre o imaginário e o Real, atuando uma repetição em uma fantasia perversa.

Nestes termos, Clarevul (citado por Pires et al., 2004) admite a possibilidade de união perfeita entre a neurose a perversão. Diz tratar-se de uma união duradoura, a qual funciona sob uma espécie de contrato de cartório, o qual define os termos de um “abuso autorizado de perversão”. Nessas uniões, o objetivo do outro, o neurótico, seria negligenciado para que o *duo* funcionasse, não sendo necessário um conhecimento profundo entre os parceiros, bastando conhecer as amarras; aquilo que se presta a ser manipulado, fetichizado, para que ambos atinjam seus patamares de gozo.

E essa configuração se assemelha ao que alguns teóricos, como Khan (1979) trazem, sob a forma de uma união profícua entre o perverso e o outro, numa espécie de fusão, uma relação íntima e singular, ainda que deva ser mantida sem aprofundamento, rasa, a ponto de ser

desligada pela necessidade de controle do sujeito da perversão. Ante a impossibilidade de lidar com a angústia que subjaz o trauma, o perverso e o neurótico-objeto se prendem numa relação sedutora, mas, é importante frisar, recheada de custos. Para que essa montagem seja tão fascinante, trazendo finalmente uma ilusão de completude, tanto para o sujeito da perversão quanto para o neurótico-objeto, o qual se deleita do primeiro, há uma angústia pela fixação num modo de gozo, e para a obtenção desse, por parte do perverso, que irá, como já visto, tentar objetificar e dominar o neurótico, apagando sua subjetividade.

Se o que estamos discutindo é a existência uma estrutura perversa ante a possibilidade de um sujeito repleto de sintomas e mecanismos perversos, como a singular fantasia perversa, falamos então de um sujeito que é escravo de sua ilusão de potência e do gozo pelo controle e domínio, mas que tem custos onerosos por estar nessa condição. A fantasia e os mecanismos perversos sustentam o ato, sendo que a montagem perversa fundamentalmente depende de um outro. Um outro que pode ser vítima de perversidade, de crime, pode ser fetiche, mas também pode ser ocultado numa forma mais elaborada de perversão afetiva, como já exposto.

Apontamos para apenas um momento, onde há fascínio do sujeito neurótico por um perverso mítico e seu suposto gozo sem custos. O sujeito da neurose, que consome a perversão como sua forma privilegiada de fetiche. Não o fetiche do perverso, que substitui completamente o objeto amado, servindo como via exclusiva de gozo, mas o fetiche elencado inicialmente por Freud (1905/2014), onde o objeto sexual normal é substituído por outro que tem características semelhantes a ele, considerando que algum grau de fetichismo está presente no amor cotidiano, especialmente naqueles estágios em que o objetivo pulsional normal parece inatingível ou sua consumação é impedida, como já elencamos.

Partindo dessa premissa, não descreveríamos facilmente o fascínio do das neuroses pelas perversões? Um fetiche, pois o neurótico não pode consumir, dentro de si mesmo, suas

pulsões recalçadas. Logo, consome no outro, a ponto de ser ele mesmo entregue ao outro, objeto do sujeito da perversão.

Dados estes sujeitos, somos levados pensar na possibilidade de uma sociedade fetichista. Ora, uma vez que estamos colocando a atuação com sintoma da estrutura perversa, e que essa pode ser analisada, bem como a perversão habitando um meio neurótico-psicótico, o que dizer da parte neurótica subjacente a esse ser humano, uma vez que ele mesmo é vítima do fetichismo o qual tenta escapar?

Se formos pensar em construir ferramentas para expandir a clínica psicológica e psicanalítica, como é o intuito, faz-se necessário trazer a perspectiva do laço-social do sujeito das perversões com aqueles que lhes fazem geralmente como objeto, bem como da análise do cenário sociopolítico e cultural em que se inclui o sujeito da perversão. Onde está inserida, hoje, essa relação, essa possível montagem, que leva o neurótico a consumir e se aproximar de seu negativo, na face do perversão, podendo assim gozar, ainda que trazendo de volta a objetificação, em um sintoma perverso-neurótico? Qual é o lugar deste neurótico, que mesmo não sendo objeto de consumo de uma montagem perversa, ainda assim participa de um consumo de objetos de perversão? E qual o lugar do sujeito da perversão, em meio a esta sociedade repleta de sintomas perversos?

Continuaremos a seguir com o estudo de uma ótica pós-moderna sobre a contemporaneidade, a qual pode nos ajudar a contemplar tais indagações e contribuir para o andamento da discussão no presente estudo.

4. Pós-Modernidade: Um Período do ‘nós sem Nós’?

Torna-se necessário, para o desenvolvimento conceitual proposto nesta dissertação, apontarmos a contextualização teórica da pós-modernidade, a qual será abordada nos próximos capítulos. O conceito de pós-modernismo que utilizaremos aqui se embasa no que é proposto por Baudrillard (2007), como a emergência da sociedade de consumo. Nela, o indivíduo cria e

recria nichos de mercado, por meio da padronização das formas de relação entre os sujeitos, baseados numa cultura de prevalência do ‘eu’.

Em outras palavras, para que exista uma massificação do consumo, é necessário também que exista uma padronização e entronização de certos discursos sobre si. As mercadorias, portanto, deixam de ser marcadas por seu valor de uso ou de troca, recebendo conexões imaginárias que causam fascínio e atratividade (Santos et.al, 2019), sendo a identidade social atual definida tanto pelas leis do consumo quanto por um processo de massificação, em um consumo intensivo e sistêmico de bens e serviços.

A teoria proposta por Baudrillard parte da abertura que a sociologia proposta por Bordieu (2001, citado por Santos et.al, 2019) trouxe em relação aos ‘capitais’, ou seja, do mercado de valores, o qual não é mais somente econômico, mas tornou-se simbólico. Os signos atribuídos às mercadorias são marcas indeléveis de status e criam identidades, sob as quais o indivíduo passa a “ser” e ter seu valor reconhecido como sujeito de acordo com aquilo que possui e ostenta nas trocas com os outros. Nesse movimento, a produção econômica, a qual passa a operar por meio desse mercado simbólico, passa a ser fundamentalmente à base do sistema cultural.

Onde, antigamente, bastava ao capital produzir mercadorias, sendo o consumo mera consequência, hoje, porém, é necessário produzir a própria demanda, e essa é muito mais custosa que a própria mercadoria. Na sociedade do consumo, onde a oferta excede a demanda, produzir consumidores é muito mais necessário do que produzir mercadorias. (Baudrillard, 1985). A noção de sociedade de consumo está também vinculada ao conceito de economia de mercado, e, portanto, ao capitalismo. Entendemos por economia de mercado um sistema que busca assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda por meio da livre circulação de capitais, produtos e serviços, livre da intervenção estatal.

Na contemporaneidade, as novas tecnologias se tornam também responsáveis pela expansão do consumo em uma escala grandiosa. Os aparatos tecnológicos, como a internet e a facilidade de acesso a bens e serviços através da mesma, criam novas formas de exacerbação do consumo, com a queda progressiva de barreiras que definam o que é permitido ou não a determinados grupos sociais (Bauman, 2008).

Segundo Bauman (2008), se por hora é verdade que o incremento de renda permite que um número cada vez mais expressivo de indivíduos possa se tornar consumidor e adquirir bens cada vez mais diversificados, na forma de pacotes de valores agregados, por outro lado, é ilusória a ideia de que ao facilitar o acesso a maior qualidade e quantidade de produtos por parte de segmentos da sociedade, se está assegurando igualdade social. A era da massificação é pródiga em criar a ilusão de quanto mais acelerado e avançado for o consumo, mais próximos estaríamos da igualdade social.

O consumismo, diferentemente do consumo, é algo que torna-se necessário para a vida das pessoas, como “o verdadeiro propósito de suas existências” (Bauman, 2008). É algo que lhes move o desejo, cria ansiedade, e faz experimentar tais emoções repetidas vezes, já que essa economia de fato passou a sustentar as bases do convívio humano. Naturalmente é fácil notar a nocividade do consumismo em relação a condição humana, como seres sociais e culturais, já que este serve apenas às forças do sistema capitalista e do mercado.

O indivíduo que tratamos nesta abordagem vale pelo que consome, não pelo que é. Segundo Bauman (2008), o sujeito contemporâneo tornou-se ele mesmo uma mercadoria de consumo. “Tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável é o maior e mais poderoso motivo de preocupação do consumidor, mesmo que em geral latente e quase nunca consciente” (p.76).

O indivíduo pós-moderno, assim como o objeto a que passou a representar, deverá ser moldável, “plástico”, “líquido” (Bauman, 2000), podendo assumir diferentes identidades em

diversos momentos, abrindo mão da construção de um ‘eu’ coerente (Santos et al, 2019), deslocando assim o sujeito de um eixo de gravidade formador de identificação. Constrói-se, portanto, um ‘eu’ frágil, longe de ser uma referência segura em que se possa apoiar.

Bauman (2005) associa ainda o estado pós-moderno à crescente perda dos laços sociais de pertencimento, tornando a identidade social, antes compreendida como algo natural, uma problemática geradora de insegurança e que motiva a busca incessante por novas formas de subjetivação e processos de identificação, formas que, de mesmo modo ao mecanismo fluído do mercado, seriam frágeis, substituíveis, plásticas, buscando manter o sujeito “vivo por um momento, mas não por muito tempo” (Bauman, 2005, p. 32)

4.1. Uma Arma do Mercado

Consumir o outro como objeto-mercadoria requer mecanismos muito especializados do mercado capitalista para que se dê como possibilidade. A desorganização dos laços sociais, inerente a sociedade capitalista, é dada através de uma intensificação do isolamento do sujeito, apartados uns dos outros, segregados em seus nichos de consumo, bem como subtraídos daquilo que os faz sujeito.

A publicidade é um dos pilares fundamentais da sociedade do consumo, fornecendo um processo incessante de produção, seleção e reelaboração de imagens, que deverão substituir o mundo real (Santos et al, 2019). Essa realidade substitutiva deverá se mostrar apenas como um reflexo dos desejos individuais, mesmo que as imagens não passem de um engodo, uma miragem ilusória e inacessível.

Segundo Castro (2014), na publicidade contemporânea o desmentido, ao retomarmos o termo fundamental das perversões, é utilizado na forma de uma falsa cumplicidade entre o publicitário e o consumidor. A sutileza da mensagem propõe uma ocultação da falta por um objeto que deve se fazer fetiche, ao passo que mudança no papel da autoridade traz a ilusão, através de um objeto a ser consumido, de uma onipotência a ser ganha pelo consumidor,

causando um deslocamento de uma ênfase do desejo para o imediatismo do gozo, sendo esse o modus operandi de uma nova repetição.

O apelo da publicidade será ainda levar o indivíduo a adquirir mercadorias que não lhe são necessárias, que jamais serão utilizadas ou que vão se tornar desnecessárias e obsoletas rapidamente, sobretudo numa sociedade que privilegia a obsolescência e a descartabilidade daquilo que perdeu seu valor de troca (Latouche, 2009, citado por Santos et al, 2019).

Traçamos aqui um paralelo com a teoria psicanalítica antes abordada. Onde, na neurose, o sujeito, em grande parte, pode ter dificuldades entre o seu desejo e o desejo do outro, na perversão por outro lado, o indivíduo faz seu gozo em um objeto parcial, em um fetiche, transformando o corpo do outro. Uma fixação ao invés do desejo, traduzidas na forma de demandas, as quais são sempre direcionadas a um objeto. Um objeto de gozo imediato, um objeto parcial, mas de necessidade. Um objeto fálico.

Com a publicidade como criadora de objetos de fetiche, o corpo do outro se torna objeto de desejo. Na lógica do mercado, a fetichização dos corpos é uma estratégia de integração da subjetividade através dos processos de produção econômico-simbólica (Souza et al, 2019), valendo-se da mesma lógica de que o corpo, e os produtos (que agora lhes servirão como “adereços”) se tornarão um símbolo fálico e trarão a ilusão imaginária de completude, característica do fetiche. Bauman (2008, p. 23) aponta ainda que se o destino desta espécie de fetichismo da mercadoria tem por objetivo tirar de cena a substância demasiado humana da sociedade de produtores, o ‘fetichismo da subjetividade’ tem, por sua vez, o estabelecimento de uma realidade de consumidores.

4.2. Mais sem ‘Menos’-de-Gozar

Lacan (1967-1968/2008), apresenta o conceito de mais-de-gozar inicialmente como uma homologia clara à mais-valia de Marx, mas que, em sua obra, é utilizado para designar o objeto *a*, que ao mesmo tempo é ausente, motor da demanda, que aciona a pulsão, e objeto do

desejo. O mais-de-gozar constitui um resto, impossível de simbolizar, que enquanto função está ligado à renúncia de gozo sob efeito do discurso, mas, paradoxalmente, propícia um modo de recuperá-lo parcialmente.

É importante salientar aqui que Lacan, ao longo de sua obra, não cunhou o termo mais-de-gozar apenas como uma terminologia a qual deveria ser homóloga a de Marx. Ao cunhar o objeto *a* desta forma, Lacan estaria destacando a perda sofrida pelo sujeito, tal como a mais-valia colocada por Marx desenha uma perda sofrida pelo trabalhador, a diferença entre o salário recebido e a mercadoria produzida. (Silva, 2019).

Segundo Chemama (1995), a mais-valia, em sua essência, oferece ainda o modelo de um objeto do qual ninguém pode gozar verdadeiramente, pois a lógica do sistema obriga que o trabalhador, com efeito, invista essa mais-valia novamente na produção, independente do esforço do capitalismo em se organizar em torno da busca dessa mais-valia. O mais-de-gozar, de mesmo modo, estaria situado na categoria do que é perdido e jamais recuperado totalmente, não importando as tentativas de apropriação.

O mais-de-gozar trata, portanto, de uma relação com um objeto que faz a função de um furo. A função objeto *a* opera então a partir da abertura existente entre a perda de um gozo que nunca existiu, nunca esteve presente, e a promessa de sua recuperação, impossível por um fato estrutural, mas virtualmente recobrada pela mais-valia (Souto, D'Agard & Sgarioni, 2014).

Em um outro aspecto, alguns autores destacam o mais-de-gozar como uma substância produtora de gozo, numa materialidade do termo. Soler (2009), destaca o mais-de-gozar como uma relação da pulsão não ao Outro, com maiúscula, mas com alguma outra coisa, sem maiúscula, e essa seria o objeto *a*, um elemento de gozo, um objeto mais-de-gozar, ainda que partes do Outro, pois o sujeito busca, na falta fundamental desse Outro, partes dele, invenções que são pontas desse Outro ausente (Chemama, 1995). Uma espécie de “fetichismo comum”

atribuído à sexualidade masculina (Soler, 2009), pois busca no corpo do outro, no objeto *a* – de forma positivada e presente na realidade – algo que está análogo ao negativo da fotografia.

Em resumo, o objeto *a* enquanto causa de desejo, permanece imaterial e inalcançável, mas enquanto mais-de-gozar, destino da pulsão, possui certa materialidade, como aquilo de que se goza, mesmo que não se possa apreendê-lo. À saber, os objetos mais-de-gozar, dotados de certa materialidade, não são os mesmos para o sexo masculino e feminino, segundo a teoria psicanalítica, mais ainda que não tratemos da teoria da sexuação aqui, os objetos-fetice, os quais estão dispostos a realizar essa função de positivação material de um negativo, conferem à sexualidade traços de perversão, ainda que o sujeito se localize em uma estrutura neurótica.

Hoje não há mais uma necessidade de produção e de trabalho como na modernidade. Há, segundo Silva & Silva (2019), a organização pós-moderna, caracterizada pelas formas da reprodução e do consumo, que podem subordinar a subjetividade ao registro econômico e a cultura do consumismo. Novas tecnologias para obtenção desse tipo de modalidade, do “consuma!”, tem se desenvolvido, desenvolvendo no psiquismo novas formas de coerção, disseminando esses aspectos na vida cotidiana, como parte do novo normal.

Existe uma cultura de massa para a reprodução do consumo, tornando ainda mais banal aquilo que Lacan denominou de imperativo do gozo, caracterizado pelo “consuma!”, e por meio do mais-de-gozar, (Silva Junior & Lirio, 2006; Pena, 2017), caminhando em direção à sustentação desta lógica consumista como base da atualidade. Uma espécie mais-de-gozar que, aqui, é desvinculado do campo do Outro, mas que se tornou imperativo, exigido pelo *supereu* quando o modo de gozo consumista se tornou a norma social e um dever do próprio sujeito, como modo, ilusoriamente, tentar tamponar a própria falta.

O mais-de-gozar como objeto de desejo da pós-modernidade então teria assumido uma total concretude, através da compra de objetos dos objetos disponibilizados pelo sistema capitalista atual, mas que são objetos desprovidos de substância. O que o sujeito encontra,

porém, é uma falta de gozar, já que não há satisfação completa, o levando a repetir o ato, na busca do gozo prometido pelo mercado e exigido pelo *supereu*.

Soler (2012, citada por Pena, 2017), aponta que este determinado modo de gozo compulsivo aumenta as exigências por desempenho frente à possibilidade de um fracasso. Para a autora, esse modo de gozar ligado ao desempenho consumista é visível, tanto que se tornou um imperativo do *supereu* realmente disseminado em nossa sociedade. A noção de sucesso está ligada ao ter, ao possuir, e na atual cultura do ‘eu’, narcísica, isso se caracterizaria pelo consumo de objetos que carregam em si o falso mais de gozar; objetos forjados e disponíveis aos milhares pelo sistema capitalista atual, como uma ilusão de suplemento a um gozo perdido.

A ilusão da possibilidade de tornar-se feliz através do consumo desenfreado coloca o desejo em pleno sufocamento (Pena, 2017). A armadilha do discurso capitalista é proliferar a oferta de milhões de objetos mais-de-gozar, numa demanda excessiva a consumidores que são ávidos de gozar, acabando por escravizar o desejo do sujeito, que passa a tentar escamotear seu vazio por meio do consumo. A tirania desse mais-de-gozar desvinculado do campo do Outro se multiplica através da busca incessante e não encontro com esse gozo pleno, por mais paradoxal que a princípio pareça.

Quinet (1991) considera que o que temos hoje é uma verdadeira falta-de-gozar. O objeto de troca é hoje, simultaneamente, aquilo que um dos parceiros da troca pode gozar, mas não quer fazê-lo – já que o valor de uso do objeto não o satisfaz, trazendo de volta a obsolescência e a descartabilidade – e aquilo que o outro parceiro quer, mas não pode gozar, pois lhe falta o então objeto. O valor de troca de um mercadoria, portanto, se torna uma falta-de-gozar.

O *supereu*, portanto, favorecido por esse discurso do mercado, tornará a busca por esse gozo algo compulsivo, repetitivo, sem que os sujeitos, muitas vezes, tenham noção de que estão sendo submetidos a essa pressão. A busca de um gozo que nunca irá completá-lo, mas, pelo contrário, exigirá mais e mais de si.

4.3. Laço Social e a Lógica Consumista

O que acontece então com o laço social ao seguirmos esta lógica de mercado, onde um objeto parece ter tomado o lugar de meu semelhante, em um fetiche que traz essa ilusão de completude do 'eu', e em uma sociedade que compulsivamente busca um gozo sem gozo, através do consumismo desenfreado?

Está claro que o sujeito é constituído na negatividade, na subtração de um gozo, para que possa adentrar ao campo da simbolização e da linguagem. Lebrun (2008) aponta que o laço social se estabelece quando o sujeito nele se encontra, quando se encontra no roteiro fundador e no agenciamento das regras e dos saberes. No laço social, portanto, também existe um agenciamento do vazio, da falta fundamental, já que esse, nos termos do andamento de nossa discussão, estaria intimamente vinculado a cada sujeito e, por consequência, ao campo do Outro.

Uma perda de gozo é concomitante a operação de instauração da Lei simbólica. (Quinet, 2012). Essa Lei simbólica é dada pelo significante Nome-do-Pai, introduzindo a falta fundamental no campo do Outro, barrando o acesso do sujeito ao gozo do Outro, um gozo pleno, a não ser em uma fantasia. Essa operação de instauração de falta é chamada de castração, a qual produz, nas neuroses, a queixa fundamental de que 'algo está errado', mesmo que o sujeito não saiba exatamente o que é esse algo. E sendo essa a ordem ditada por meus semelhantes, admite-se a lógica de que esse outro esteja sujeito aos mesmos preceitos, à mesma neurose que subjaz todo o processo.

Entendemos que o processo de subtração de gozo, uma perda fundamental formativa do sujeito, opera de mesmo modo como uma necessidade singular quanto coletiva. Nesta direção, não há como pensar o sujeito sem um vazio, uma falta, de mesmo modo que não seria possível pensar a vida coletiva sem uma perda a qual cada membro é convidado a abdicar de uma parte de sua pulsão em favor da vida coletiva (Lebrun, 2008), coisa que Freud (1930/2010) traz como um mal estar incontornável.

A saber, portanto, a sociedade concreta, onde estão todos os homens, opera em um nível de castração, de cerceamento e limitação de gozo. Existe um cerceamento natural ligado à vida de todo o sujeito que se diga como humano, a separação fundamental, a instauração da Lei simbólica da falta no campo do inconsciente. As leis jurídicas e códigos de conduta normativos se inscrevem, de mesmo modo, pois regem a esfera moral desse sujeito.

No laço social é onde podemos velá-lo, esconder essa falta que faz parte do campo do Outro e que nos constitui como ser. É no laço social onde o campo simbólico pode exercer seu poder e a castração simbólica se faz presente, introduzindo um hiato entre o vazio, o mais íntimo do sujeito, e a função que ele exerce, exigindo ainda a necessidade do uso de máscaras sociais, no que diz Zizek (2014), para que eu possa suportar o convívio com meus pares.

Dufour (2013) em uma análise sobre as transformações da pós-modernidade e seus efeitos sobre o sujeito e o laço social, sustenta que atualmente se dá uma quebra com toda a metafísica ocidental sobre a qual se constituiu a modernidade. O autor salienta ainda que a época pós-moderna corresponde às transformações na economia capitalista e selam o advento das sociedades neoliberais de mercado.

Para o autor, parece haver uma crise nos sistemas de transmissão, de desmonte do Estado, da supremacia da mercadoria e de transformação da cultura, considerando o homem como um ser inacabado, pertencente a cultura, a qual usa para unificar e dar sentido a sua vida, sendo essa em nome da qual conduz sua ação no mundo. Por sua condição “inacabada”, Dufour (2005) aponta em direção a existência de um Outro para além do sujeito, buscando em Lacan as formulações sobre o Grande Outro e do acesso à simbolização.

Como já visto neste estudo, e enfatizado por Dufour (2005), na sociedade pós-moderna dominada pelo consumismo, a figura do Outro como algo que é imanente à experiência humana vem aos poucos sendo tomada por objetos e pelo produtivíssimo, pela imaginária possibilidade

de completude através do consumo. Para o autor, estamos em um período de crise inédito na história, caracterizado pela falência do Outro e de perda da legitimidade.

Na modernidade, a legitimidade de uma ordem não deixava dúvida na medida em que vinha deste lugar de exceção, desse lugar de transcendência. Hoje o homem se libertou da subordinação a esse lugar, e o funcionamento coletivo parece querer se separar de qualquer referência a uma posição transcendental ao 'eu'. Para Lebrun (2008), portanto, a referência a esse local de exterioridade, que é fundamental para o sujeito, inscrevendo sobre ele a função de um limite, parece ter se transformado, bem como a relação do sujeito com o sofrimento.

Hoje, a decisão final deve emergir de um confronto de opiniões, de uma discussão entre os pares, num modelo de redes. Já não é mais exterior o papel da autoridade, mas é na totalidade do conjunto que deve jazer a última palavra. – Ainda que ecoe uma voz tirânica que sussurra “Consuma!” “Goze!”. Quando analisa as figuras de autoridade sob questão, Dufour (2008) aponta ainda que, diante deste quadro de descrédito, ao invés de irmos ao encontro de uma liberdade, talvez estejamos submetidos à uma espécie de “nova divindade”, um novo senhor, que não opera mais na transcendência, mas na imanência.

Lebrun (2008), aponta ainda que a vida dos homens sempre foi caracterizada em torno deste lugar de exterioridade, um lugar de exceção. A ciência nos permitiu atravessar, ou até mesmo esticar, deslocar, a maioria dos limites que estavam dispostos na Idade Média. Até avançarmos ao início do século XIX, o interdito do gozo era dado através das normas estabelecidas pela instituição maior, a Igreja. A limitação fundamental do gozo ditava a regra da sexualidade, que por sua vez, ditava a norma, representando assim aquilo que era transcendente ao homem.

Há hoje uma nova diluição daquilo que atua como transcendência, não mais no “gozo do mal” (Roudinesco, 2008), mas no discurso da ciência. Um avanço, sem sobra de dúvida, pois crescemos sobre conceitos que se dariam no que seria a mais pura das tiranias, numa

construção piramidal, temerosa, a um superior hierárquico, que por sua vez decide sozinho. (Gros, 2018). Vemos o declínio do patriarcado, como bônus em forma de liberdade da figura violenta e opressora que assombrava a modernidade, juntamente com o discurso da Igreja.

Recapitulando, o que está em jogo na pós-modernidade é a relação dos sujeitos com a falta, com o vazio e a subtração do gozo. O que vemos até aqui nesse estudo é a chamada de atenção para a emergência de imperativos de gozo – “goze!”, “consume” – os quais relegam os sujeitos a uma repetição vazia, num falso mais-de-gozar que não faz referência à uma falta fundamental, mas a objetos. Na ausência da transcendência, o lugar imanente de subtração do gozo parece vulnerável à novas forças, como as leis do mercado e o discurso tecnológico, os quais prometem o gozo último, completo, livre de qualquer renúncia.

De um modo positivo, a sociedade atual se utiliza dos artifícios das tecnologias e ciências da informação, para promover encontros entre modalidades de gozo. Nesses artifícios, segundo Quinet (2012), ocorre, sem a presença física do outro, a circulação desse outro radical que é o objeto *a*, feita de objetos que são real matéria de gozo e destino das pulsões, pois remetem a uma falta, e são imateriais.

Mas, na pós-modernidade, vivemos em dualidade. Na liberdade que ganhamos, ao retomarmos o lugar do ‘eu’, algo claramente foi perdido. Se a ciência, em algum momento, passou a ocupar este local de “nova divindade”, como um novo senhor para o sujeito, devemos levar em conta o que propõe Lyotard (1997, citado por Furtado & Szapiro, 2016), onde a ciência assume um lugar de busca de desempenho ótimo, de busca de eficácia, legitimando o sujeito não na busca e afirmação de uma verdade, mas sim na produtividade. Se considerarmos a legitimação da ciência ante a crise das grandes narrativas e seu efeito sobre a subjetividade e o laço social, claramente estaremos de frente novamente com a crise da produtividade.

Pela ciência, o novo limite é o “tecnicamente possível” (Furtado & Szapiro, 2016), já que os obstáculos do corpo, do sexo e das distâncias podem ser facilmente transpostos pelas

tecnociências. A falta fundamental pode ser escamoteada por simulacros de humano (Knafo, 2016). Através da tecnologia, é possível engajar em relações sexuais com um objeto material. Temos como exemplo o que acontece no Japão, onde muitos homens já se apaixonam por namoradas virtuais, em um jogo de simulação (Lah, 2009, citado por Knafo & LoBosco, 2015). Nossa perspectiva também é ilustrada pela indústria de bonecas sexuais de silicone, altamente fidedignas à aparência humana, a qual cresce em número de vendas pela internet, existindo atualmente até bordéis que oferecem estes serviços em seus estabelecimentos (Ferguson, 2010 citado por Knafo & LoBosco, 2016).

Tentamos transpassar ainda o limite do corpóreo, do físico. A falta proporcionada pelo limite imposto ao outro não é mais sentida, pois o espaço foi encurtado por uma possibilidade de fetiche, onde um sujeito pode tomar do outro seu corpo, orientando o prazer para além do objeto *a*, para aquilo que se tornou apenas um recorte do mais-de-gozar (Soler, 2009), sem Outro, sem falta. Isso dá ao sujeito uma percepção de um saber a respeito desse lugar, sobre o objeto *a*, incidindo uma certeza sobre a causa do desejo, o que é característico da perversão.

Neste contexto, nossas habilidades sociais tão necessárias agora estreitam laços através das redes sociais ao ponto que se desfazem através delas, reforçadas pelo estilo de vida consumista, incitando-nos a tratarmos os nossos semelhantes, humanos, como objetos (Bauman, 2008), seguindo um padrão compulsivo de busca pelo prazer que provavelmente é oferecido em termos de valor de mais-de-gozar material pelo outro-objeto, salientando assim o ponto da objetificação, que, por sua vez subverte questões como o escoamento das emoções básicas do amor e ódio inerentes a todo o ser humano ante uma falta de vinculação, relegando os sujeitos à privações e suas consequências, como novos sintomas e formas de sofrimento.

Vivemos ainda no imperativo da felicidade, naquilo que nos incita a busca da plena satisfação e eliminação da experiência da angústia, da dor ou do desconforto (Freire Filho, 2010, citado por Furtado & Szapiro, 2016). O imperativo do “goze”, o sussurro marcante do mercado,

não convoca ao limite, mas empurra o sujeito a uma nova repetição, em direção a um consumo vazio, a uma ilusória possibilidade de autorrealização através da sociedade de consumo, de fetiches.

Ontem o semblante se referia à consistência, hoje à completude. Ontem, segundo Lebrun (2008), o que se ocultava era que aquele que fazia isso a partir de um vazio; hoje, o que se oculta é que a diferença dos lugares sempre funciona e sempre é necessária. A máscara simbólica hoje serve para ocultar fatores diferenciados. Lebrun (2008), traz ainda que:

...com efeito, estamos sempre lidando com uma pseudo-completude, pois o que deveria ser a verdadeira, de qualquer maneira, está sempre fora das palavras, não pode ser dita: se pudéssemos dizê-la, isso suporia que ela já foi amputada da perda a que nos obriga a linguagem. Ou como uma completude que é realmente uma, mas que “esquece” que é só um semblante em nome da lei da linguagem. Ou como um semblante de completude, mas que pela maneira como se apresenta, não torna mais imediatamente visível que a incompletude, via lugar de exceção, está sempre ali, que é um lugar sempre logicamente necessário, até mesmo que deverá ser constituído para poder ser momentaneamente ocupado por um singular qualquer”. O vazio hoje, o que se oculta é que a diferença dos lugares sempre funciona, sempre é necessária (p. 160-161)

Vê-se aí, portanto, outra espécie de negação, de desmentido. Um esvanecimento, nos outros, no coletivo, daquilo que nos faz como falta, o vazio fundamental. O desmentido, como já visto, diz de uma crença na possibilidade verdadeira e consumada de negação da falta fundamental e substituição do desejo por objetos de gozo imediato, aqui exposta na fusão com a coletividade e inserção no “consume!”. O preço da liberdade tornou-se, portanto, as opiniões mais diversas, daqueles que seguem, como se dá o andamento deste estudo, no imperativo do ‘goze’!, deslocados de sua subjetividade.

Segundo Lebrun (2008), temos então a criação desse sujeito pós-moderno infantilizado, regredido, que está abandonado ao autoerotismo por não “ter de crescer”, por não conseguir reorganizar suas pulsões em torno da falta, nem passar a um recalçamento. É o sujeito que é colocado no lugar da Lei simbólica, incorporando um todo poder ilusório, seja pelos seus primeiros outros, a função materna fundamental – como em alguns modelos de formação de

perversão já expostos – seja agora por um discurso social que valide tal atitude, não instaurando a castração. O ‘eu’ sem Outro, porque o Outro possui falta e é barrado (Quinet, 2012).

4.4. Os “Senhores do Nada”

Temos aparentemente novos senhores a guiar o sujeito pós-moderno, o qual parece não ser o discurso científico, nem mesmo uma transcendência, mas sim uma combinação do primeiro com a lógica produtivista e consumista, conduzida por uma reprodução. “Goze”, diz o imperativo que conduz o sujeito a objetos de consumo vazios, criando a ilusão da possibilidade de uma subjetividade aquém à falta e a negatividade. Um laço social formado de ‘eus’ completos, os quais se buscam legitimidade no coletivo formado pelo discurso do “consuma!” pode acabar por consumir uns aos outros como objetos, já que o limite dos corpos foi transpassado.

Não estamos falando de um sujeito da psicose, da neurose ou da perversão. Coloca-se um sujeito que está inscrito no imaginário, num momento de (má) formação do eu, mas também numa ilusão de toda potência, vivendo um desmentido através de uma pressão de um social com características de perversão – negação da castração, proposição de objetos fetiche, compulsão a repetição, busca do gozo fálico.

O outro é igual a mim, pois o laço social da pós-modernidade, como visto, se dá através de meus semelhantes. A transcendência, neste caso, parece estar nas mãos do mercado, através do imperativo do gozo e da negação da falta. As consequências desse movimento podem se dar na incapacidade do indivíduo se subjetivar, incorrendo em certos retrocessos da civilização. Perante o discurso científico e ao modelo consumista não se configura Lei simbólica e não se instaura falta, necessários à condição humana, abrindo assim espaço para o retorno de figuras as quais representem tal função simbólica de maneira opressora e autoritária, maquiada na forma de um discurso civilizatório.

Nesse novo cenário de horizontalidade somos conduzidos a pensar em uma pluralidade baseada na incerteza. Se o outro é tão incerto quanto eu, e dele preciso tirar a Lei simbólica, como posso decidir? Como podemos conviver com os ganhos de uma pluralidade – a queda das tiranias de um modelo religioso, patriarcal e autoritário – com os ônus, uma perda de uma versão da Lei, diluída nesse novo preceito de organização da subjetividade?

O desafio da pós-modernidade parece ser organizar-se, não numa centralização fálica patriarcal, mas em modelos não-todo-fálicos, os quais possam ainda permitir a intrusão das funções atribuídas ao Nome-Do-Pai, como o limite e a relação com o campo do Outro. Se estamos realmente dispostos a viver no plural, a função do limite, mesmo que esteja imbuída na sociedade, e não em sujeito que a exerce, parece ser necessária, bem como subverter a relação com o imperativo do gozo produzido pelo mercado, o qual se vale desta falta de interioridade.

A medida que nos vemos de frente com essa economia de negação da falta, de subtração dessa perda inerente de gozo do laço social, de uma possibilidade de sujeitos que são criados apenas na função simbólica materna, vemos facilmente o “abismo do Outro”, o medo de que se possa estar muito próximo desse outro como sujeito de desejo, o qual tanto gostaríamos de respeitar e ter como medida, mas que evitamos ferozmente nos encontrar, já que estamos longe dele em nós mesmos. Ao passo que quero me aproximar deste, tenho medo dele, de sua real matéria de gozo. Exijo não exatamente o olhar do outro, mas a sensação de sua presença, não necessariamente a própria, preço esse por não estarmos completamente separados do Outro.

Como em Zizek (2010), o Outro é ótimo, contanto que não me invada com sua presença. O outro é ótimo, contanto que o outro não seja realmente total em sua subjetividade, contanto que eu possa evita-lo o suficiente para me que possa me proteger da angústia, dos efeitos negativos e depressivos da falta original. O Outro, portanto, pode ser diluído, tipificado, para que possa me servir, nesses e em outros aspectos. – E para que possa nos servir, para que possa dar vazão aos nossos desejos reprimidos, devemos tomar também a sua matéria de gozo para

que possamos gozar, o que se torna mais fácil, já que todos somos iguais perante aos novos senhores, em esse Outro.

E quando colocamos pessoas no lugar de objetos, prontos para atenderem uma demanda forjada, que muitas vezes é inespecífica e excessiva? Vejamos essa lógica de que que somos capazes de consumir meu semelhante, de certa maneira, já que, retomando aqui, estamos jogando em um campo onde a noção de mercado nos traz o mais-de-gozar vazio, o “consume!”, o imperativo do gozo consumista e a transformação da mercadoria em objetos de fetiche.

A permissibilidade moral varia de acordo com a época, lugar e cultura (Naso & Mills, 2016). Parece que hoje, no conceito de pós-modernidade que trazemos, estamos lidando com o sujeito-líquido (Bauman, 2009), que pode ser colocado nesse lugar de mercadoria, pronto para consumo, ao ponto que também é o sujeito sem gravidade (Lebrun, 2008), suspenso dos laços da Lei simbólica do limite e da falta.

Existe uma repulsa instintiva, na grande maioria das pessoas, por ser testemunha direta de uma cena de violência. A questão, porém, é que gozamos através delas. Quando tornamos o sofrimento do outro abstrato, distante, podemos facilmente nos permitir gozar dele. Ora, é muito mais difícil torturar um indivíduo do que sancionar à distância o lançamento de uma bomba que causaria a morte extremamente dolorosa de milhões de pessoas. (Zizek, 2016).

É muito mais fácil, do mesmo modo, consumirmos a crueldade passiva do noticiário das tardes, ou numa série televisiva. Sempre haverá alguém que goza por nós o nosso gozo. Através dele, desse outro, podemos aliviar a convivência com a parte cruel que existe em nós mesmos, mantendo uma distância, uma barreira simbólica adequada daquilo que, no outro, revela a nós mesmos.

Em um exemplo, Ted Bundy foi um dos mais famosos assassinos em série estadunidenses, cuja história já foi retratada em uma numerosa série de livros e documentários. Recentemente, em uma rede social, o site de streaming Netflix lançou um pedido para que seus

espectadores parassem de enaltecer a beleza física de Ted, protagonista de um de seus mais recentes documentários. “...existem literalmente milhares de homens atraentes em nosso catálogo, e quase todos não são assassinos em série”.

Se a função de um neurótico é, através da inscrição no simbólico, negar o percurso da castração para obter uma saída para o desejo no próprio campo simbólico, neste caso, a construção de bodes expiatórios se dá com maestria, e Stoller (1975/2015) sugere que esta como sendo uma das funções do sujeito da perversão. O perverso questiona a lei e atua um imaginário, fetichista; o neurótico goza com a possibilidade, uma fantasia, inscrita na forma desse outro perverso, como alcunha, como bode expiatório, alvo daquilo que se perdeu e é de difícil simbolização.

E essa é a capacidade da mídia, da publicidade, como visto em Castro (2014). Criar um desmentido, ocultar a falta de um sujeito que possui angustia, transformar em objeto midiático, glamourizado, consumível, digno de catálogo, o sujeito que comete atos perversos. Como analisamos neste estudo, é criada uma demanda excedente, como base em sum sujeito que se torna objeto com base em sua onipotência, já que, para a grande mídia, uma pessoa que comete atos perversos muitas vezes é vista como algo além do humano.

O sujeito da perversão é capaz de gozar seu objeto, ainda que seja refém desse gozo, preso numa repetição. E é na crueldade ou na estranheza do ato de perversão, o sintoma, que está a excitação do observador neurótico, alimentando seu desejo, sua fantasia. A fantasia que, como organizadora da realidade da neurose, assume função de amortecimento para que possa sustentar a vida. No negativo da neurose, sujeitos que cometem atos perversos, nas mãos do mercado e do discurso capitalista, assumem função de repetição, do jogo impetuoso e imperioso do mais-de-gozar material, buscando sempre mais.

Claramente as parcerias de engajamento instantâneo, consumo rápido e descarte imediato têm seus efeitos colaterais desagradáveis. Vivemos em uma constante sensação de que

faltam outras pessoas, com sentimento de vazio e solidão semelhantes aos de privação, onde temos eternamente sermos abandonados por parceiros amorosos e amigos (Bauman, 2009). Ante a privação, entramos em um estado regredido, onde perdemos o acesso à funções superiores e acessamos a demonização e desumanização com maior facilidade, retroalimentando o ciclo de consumir o outro como objetos da lógica de mercado.

Já que parecemos estar dispostos a viver no plural, na coletividade, no reconhecimento do outro como sujeito, em todas as suas camadas, como fazer, portanto, para que subsista aí também a valorização do limite, da subtração de gozo necessária? Já que a posição de exceção possui seu lugar lógico, devemos considerar que nem por isso torna aqueles que a ocupam acima, ou livres, de uma Lei simbólica. Faz-se pensar cada vez menos na possibilidade da divisão entre neurose e perversão, mas sim em uma sociedade que permeia a vazão compulsiva de pulsões destrutivas, que não encaminham de modo algum o desejo.

Faz sentido pensarmos em uma não necessidade de articulação da falta quando colocamos esse novo sujeito neste lugar, provendo exatamente o local de demanda instantânea e arrebatadora com as novas relações pós-modernas consumistas, as quais articulam, de mesmo modo, as nossas demandas de perversão, numa relação com o corpo como um todo. Temos aqui um reflexo dessa pós-modernidade o que, segundo Gessert (2017), pode se dar pelo fato de que muitos commodities estão em oferta, disponíveis de modo instantâneo, sufocando o desejo em detrimento de uma demanda. O outro, esse novo sujeito sem falta, disposto como um commodity, servo do capital.

5. Conclusão

Fica claro até aqui que, na análise da narrativa de mercado e do discurso capitalista, característicos da pós-modernidade, apontarmos um outro não é tarefa fácil. Esse outro está diluído entre tantos outros, e eles mesmos estão diluídos na forma de objetos, tomados pela lógica do mercado, do “consuma!”.

Como já visto, a satisfação pulsional é paradoxal, pois exige uma satisfação constante, ainda que impossível, devido ao status de um objeto perdido. Logo, a pulsão jamais se satisfaz completamente, pois responder completamente a exigência pulsional implicaria um gozo total, a morte (Quinet, 2012).

O sujeito pós-moderno, nestes termos, não faz laço, pois estaria reduzido ao ‘eu’. Exposto a lógica de mercado, ao discurso capitalista, Quinet (2012) aponta que

...ele [o discurso capitalista] não promove o laço social entre os humanos, mas propõe a relação com um *gadget*, um objeto de consumo curto e rápido. Esse discurso promove a economia do desejo do Outro e estimula ilusão de completude não mais com uma pessoa, mas sim com um parceiro conectável e desconectável ao alcance da mão (p. 57).

Uma sociedade regida por este discurso seria nutrida por esta fabricação de falta de gozo, produzindo sujeitos nunca saciados, constantemente ávidos por novas demandas, as quais podem ser rapidamente forjadas pelo mercado. Ao colocarmos a mais-valia no lugar da causa do desejo, promovemos assim uma nova economia libidinal (Quinet, 2012), com traços de perversão, como a negação da Lei simbólica, tomada de objetos de fetiche que trazem ilusão de completude e potência, compulsão a repetição para obtenção de um gozo fálico, porém vazio.

A lógica do mercado fabrica sujeitos dominados por um desejo capitalista, ausente de Outro, regredidos, formado por ‘eus’ todos-potentes, já que não há desejo, há gozo e demanda.

Segundo Lombardi (2019), se analisarmos uma hipótese de um laço social perverso, em uma sociedade onde o espaço que existe entre os sujeitos se tornou algo diferente, temos algo não se tornou amor, nem ódio, mas o desejo de suprimir a falta, o espaço vazio que está no

horizonte daquilo que nós torna humanos. Tal liberação cria novos fenômenos sociais, os quais nunca haviam sido vistos, e, conseqüentemente, podem ser analisados a luz de traços que se assemelham a estrutura perversa psicanalítica.

Parecemos, portanto, estar as voltas com algo primordial. Não é mítica a estrutura da perversão. Os perversos não são os monstros que nos fizeram imaginar. Somos todos nós que somos capazes, embebidos em nossas perversidades diárias, de exercitar esse lado perverso, inconscientemente. Onde está o gozo perverso, portanto? Em todos os lugares (Soler, 2009). Parece estarmos as voltas finalmente com uma espécie de liberação da perversão-polimorfa existente em cada um, já que é difícil pensarmos que a estrutura social da atualidade transformaria neuróticos em perversos.

Somos nós que consumimos, através da fantasia, o que o sujeito que transgredir a lei atua. Esse é o nosso negativo indissociável, a possibilidade de passagem ao ato de nossa perversidade fantasiada. Nós fantasiamos com um mundo onde poderíamos transferir nossa angústia para o outro de modo seguro, sem culpa, vergonha ou repressão. E os sujeitos da perversão, do sintoma perverso, da atuação, parecem fazer isso muito bem. – É isso que a lógica de mercado, a mídia e a publicidade nos fazem acreditar.

Estigmatizar a violência, condená-la como má, é uma mistificação que colabora no processo de invisibilização das formas fundamentais da violência social (Zizek, 2014), ou seja, o uso do “mal” como explicação retórica causa um afastamento do objeto causador do mesmo. É nesse mesmo sentido que consideramos importante frisar a carga simbólica existente sobre o termo perversão. Para que possamos pensar uma clínica da pessoa que comete atos de perversidade, julgamos essencial o afastamento das significações abjetas, horríveis ou maléficas que cruzam e engendram a palavra, bem como o afastamento e da ‘glamourização’ do sujeito que comete atos de perversidade.

Para algo ser definido como “mal”, é requerida uma intencionalidade guiada, tomada de consciência à respeito do mau realizado sobre um determinado objeto (Naso & Mills, 2016). Esperamos que esteja claro que subjetividades perversas são formadas a partir de experiências e contextos de organização do eu, sendo que esse é um processo de desenvolvimento que olha para frente e para trás, tentando preservar e proteger o que foi e trabalhando para estabelecer um novo futuro, defendendo o eu de ameaças, ao mesmo tempo que tenta manter a constância e criar mudanças. É nesse cenário que está a subjetividade da perversão, pois é de um sujeito regredido, que atua e tenta atualizar através da cena seu passado traumático, que tratamos nos primeiros capítulos deste estudo trabalho, não de uma maleficência perversa.

E o que nos faz tão diferentes? – Pouco, ousaríamos dizer. Temos em nós o mesmo desejo transgressor, fetichista, violento – nossa pulsão de morte – sendo instigada constantemente pelo discurso capitalista. “Consuma!”, “Goze!” o outro. A única diferença, talvez, seria o que George Orwell (citado por Žižek, 2014) nos traz ao dizer que “as pessoas dormem tranquilamente à noite porque existem homens brutos dispostos a praticar violência em seu nome.” Os mecanismos de defesa utilizados podem apenas são outros, e parecem estar, aos poucos, ficando cada vez mais à luz, expondo aquilo que é de nossa constituição humana.

E o próprio termo gozo diz de nossas pulsões destrutivas, uma vez que engloba o paradoxo de prazer e desprazer, integrando a agressividade da pulsão de morte e da agressividade às pulsões sexuais. Logo, o objeto *a* é um condensador de gozo (Lacan, 1967-1968/2008), visando saciar o impossível gozo sem os entraves da Lei simbólica. Segundo Quinet (2012), ao reduzir o Outro a um objeto de seu gozo, o próximo, transformado em objeto que a pulsão busca enlaçar, é certamente um objeto sexual, mas não só, ele é também alguém em quem se tenta causar sofrimento, tortura, matar, destruir, sem precisar, entretanto, chegar a esses extremos para poder gozar.

Concordamos aqui com a proposta feita por Dufour (2013) quando traz que um pouquinho de perversão não faz mal a ninguém. Não faz mal sair dos ditames moralizantes do patriarcado, da Igreja, da ciência. Muito pelo contrário. “...deixemos as pessoas gozarem de seus corpos livremente, caso elas assim o desejem – contanto que elas não vitimem seus parceiros” (Stoller, 1975/2015, p. 122).

É o que tentam fazer os praticantes de BDSM, a prática de atos sexuais de dominação e submissão, os quais tentam se afastar da patologia. Seu meio de atingir tal objetivo é através da ‘domesticação’ das práticas violentas, as quais foram tradicionalmente vinculadas ao desvio e a imoralidade, afirmando, através do caráter erótico não subversivo das atividades, e do fato de enfatizarem o autocontrole e a aderência as regras debatidas pelo grupo, que tais práticas são possíveis de existirem em um diálogo com a medicina e o DSM-V (Zilli, 2018).

De mesmo modo, a revista *Nin* faz o bom uso da perversão como resistência para o reconhecimento da pluralidade das sexualidades e dos desejos no cenário político, enquanto afronta às estruturas de poder (Amaral, Filho & Baptista, 2017). Mesmo estando inserida em um contexto mercadológico, a contribuição da revista, de cunho erótico, onde as margens de delimitação das sexualidades e identidades são flexíveis e se mantém movimento, vai além do simples comércio. Ela tenta trazer alguma visibilidade, oferecendo, de algum modo, o enfrentamento de discursos que permeiam práticas conservadoras sobre a sexualidade, o patriarcado e a misoginia.

Os insubmissos e perversos são importantes, uma vez que encontram forças para desafiar os sistemas mais herméticos (Dufour, 2013). Tudo é uma questão de dosagem. Perversão de menos, e ficamos obedientes a esses ditames. Perversão demais, e então temos a vantagem dos prazeres furtivos que se evapora, pois eles já não contradizem nenhuma proibição, ao mesmo tempo que viam, como em Sade, uma Lei do gozo perverso, um imperativo do gozo.

O objeto estruturalmente perdido da pulsão, o objeto *a*, diz ter sido encontrado pelo capital. Hoje o sujeito pode gozar com a ilusão da ausência de falta, já que os objetos, mesmo sendo substitutos, estão recobertos desta característica de onipotência e obsolescência. Não é mais no Outro que o sujeito busca o objeto para satisfazer sua pulsão, mas sim no puro e pleno objeto, no gozo repetitivo e no semelhante que se tornou objetual.

O que está em questão aqui é a eliminação de qualquer tipo de subjetividade. Numa defesa perversa, o aparelho psíquico tenta, de algum modo, ajustar o sujeito ante uma experiência traumática, resultando, talvez, em uma perversão, em atos de perversidade. No jogo do capital, um senhor impera, um supereu que força a subjetividade em uma negação de falta e Lei simbólica, em fetiches e consumimos do outro. É uma montagem perversa imposta, de fora para dentro.

Passar ao ato violento, de perversidade, e ter fantasias sexuais, fetiches perversos-polimorfos sobre objetos parciais não é semelhante. O sujeito que atua, muitas vezes de modo criminal, fixado em uma defesa de perversão, em uma repetição está em sofrimento. Portanto, leva-se ao questionamento se o mecanismo do mercado, do imperativo do gozo consumista, pode levar a um escoamento de suas pulsões violentas na sociedade, validando tal tipo de atitude, já que, agora, todos são objetos de consumo, criando assim, de mesmo modo, um deslocamento ainda maior desse sujeito do campo social e da possibilidade de reintegração, bem como de análise de si mesmo, de sua própria condição de sujeito no mundo e em relação ao seu histórico de vida.

Parece que até mesmo o bom uso de nossa perversão está sendo perdido hoje para o terreno do excesso, para uma produção massiva de demandas vazias e desse falso mais-de-gozar, material e fútil, buscando sempre mais, ilimitado. Saímos do terreno do objeto *a* como parcela inalcançável de gozo. Na pós-modernidade, a satisfação total e completa da pulsão

deixou de ser paradoxal, já que perdeu sua característica de impossibilidade. Para o capital, o gozo fálico é possível, de satisfação constante, acessível ao tocar dos dedos.

Com o objetivo ambicioso de revisar a estrutura perversão e seus desdobramentos na sociedade pós-moderna, sentimos que nossa proposta foi razoavelmente alcançada neste trabalho. Julgamos necessário um olhar plural a respeito do que consideramos perversão e perversidades na pós-modernidade, uma vez que, como já citado, vivemos em um momento de mudanças sociais nunca antes vistas, as quais influenciam a subjetividade dos indivíduos, bem como cria novas formas de adoecer.

Ao estudarmos a perversão, seja como estrutura psíquica, seja como sintoma ou economia libidinal, constantemente estamos lidando com o tema da moralidade. Neste caso, o mal como explicação última de um agir se torna uma demonização, elegendo um bode expiatório metafísico para culpabilizar, afastando os motivos humanos que podem ter causado um agir incorreto. É isso que fazemos ao elencar um perverso mítico. Ao elegermos a nós mesmos como heróis ideais, estamos elegendo inconscientemente um vilão demoníaco em nossa contraparte, a perversão-polimorfa infantil.

Almejamos com este trabalho um ponto de partida, um organizador inicial para que possamos avançar nestas questões, sendo uma contribuição para a extensa literatura que abarca o tema. Não é, e não foi simples o trajeto, porém espinhoso, de empenho constante e dedicado, sendo nosso objetivo traçado dentro destas páginas. Sendo a perversão um fenômeno que atravessa temas plurais como cultura e a política, é natural que esta produção se torne um esboço para futuros estudos, o qual pode ainda ser aprimorado em inúmeros aspectos.

Com o andamento do trabalho, verificou-se a necessidade de estudo de Marcuse (1999), o qual complementaria o trabalho com a obra *Eros e Civilização*, bem como um aprofundamento em Lyotard (1986), sobre a condição pós-moderna do sujeito. De mesmo modo, a questão ontológica do ‘ser-perverso’ tornou-se dúvida em alguns momentos, suscitando a

necessidade de mais um aprofundamento nas questões filosóficas relativas ao tema, elaboradas por Nedoh (2019) em *Ontology and Perversion*.

Salientamos a importância do estudo de conceitos fundamentais da literatura psicanalítica como objeto *a*, fantasia e desejo, os quais atravessam eles mesmos o campo da formação da subjetividade. Julgamos importante ainda manter um olhar dedicado aos mecanismos perversos e ao consumo da perversidade em suas mais variadas formas na pós-modernidade, da redução do outro à objetos de fetiche e especialmente às implicações políticas e culturais destas práticas.

Foi de difícil conceituação teórica o aspecto da perversão em relação ao fetiche, a fixação em um objeto de gozo e não inserção no campo do desejo, ao ponto que vemos a regressão desse sujeito para etapas mais infantis, de uma perversão polimorfa inicial. A travessia do complexo de Édipo gera, bem como os modelos de formação de um novo laço social baseados na defesa da desmentido, trazem questões como a perversão nas mulheres e a sobrecarga sobre um papel do feminino. Estudos nesse campo, bem como da separação no tocante aos substantivos “mãe” e “pai” e dos significantes da função materna e paterna não puderam ser abordados, mas existem dentro da literatura psicanalítica, e julgamos ser de essencial leitura para compreensão dessa parcela.

Foi igualmente difícil a organização textual da contraparte relativa a perversidade, a crueldade e o estranhamento inerente a alguns atos de perversão, do sintoma perverso, em relação à subjetividade perversa. Como frisamos, não tratamos aqui de monstros ou de sujeitos engessados, mas sim da análise de uma forma de ser no mundo e os caminhos para inseri-la no campo social. Não cabe, em nossa análise, escrever sobre um “perverso”, “sujeito perverso”, ou “sujeito da perversão”, pois todas essas categorias parecem patologizantes ou que assujeitam o indivíduo em uma categoria que leva a pensar em crueldade.

Apesar disso, a intrincada semântica entre o perverso e a perversidade faz parte do processo de compreensão do fenômeno, sendo muitas vezes de difícil trato e elaboração em um texto com propósito de ser compreensivo e simplificado, dentro dos limites subjacentes a própria complexidade da teoria psicanalítica, ainda buscando humanizar a estrutura da perversão.

Qual é o caminho para analisar a perversão, portanto? – Este talvez seja o desafio. A psicanálise, ferramenta teórica utilizada para construção deste estudo permanece um campo vasto a ser explorado, mas tampouco fornece, de modo singular, as respostas necessárias para que possamos avançar clinicamente sobre o assunto da perversão como forma de se subjetivar. Como visto, se almejamos analisar estes sujeitos, deveremos caracterizá-lo como plural, não apenas como um fenômeno da clínica, mas como sujeito da antropologia, sociologia e ética.

Escolhemos neste trabalho também a ótica da sociedade do consumo, da hipótese dessa nova economia libidinal pós-moderna, a qual possui traços de perversão e impera sobre os sujeitos, como forma de analisar o impacto sobre a subjetividade e dizer sobre a perversão. Evidenciou-se através desta leitura que existe uma pressão sobre os sujeitos pós-modernos, a qual põe em risco os processos de subjetivação, formação de identidades e cria novas formas de adoecimento.

Os sujeitos que aqui nos interessam, em todas as suas formas, não são neuróticos, psicóticos ou perversos por natureza. Por mais que, para os fins deste estudo, elencamos algumas nomenclaturas, é do sujeito humano que estamos tratando. É deste sujeito, ser-no-mundo, que a clínica ‘psi’ se ocupa, e o qual será, nos termos de nossa investigação presente e futura, causa e objeto parcial de investigação.

6. Referências

- American Psychiatric Association (2013). *DSM-V: Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais*. (5ª Edição). Porto Alegre: Artmed.
- Amaral, M, Filho, C & Baptista, Maria. M (2017) A perversão como estética política para a sexualidade: notas sobre a revista Nin. *Journal for Brazilian Studies*, 6(1), 280-298.
- Baségio, F. L., & Rosa Junior, N. C. D. F. da. (2017). A perversão enquanto estrutura e sua incidência na transferência. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29(1), 65–70.
- Baudrillard, J. (1985). *A sombra das maiorias silenciosas*. São Paulo. Brasiliense.
- Baudrillard, J. (2007). *A sociedade de consumo*. Lisboa. Edições 70.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. (Tradução Carlos Alberto Medeiros) São Paulo: Zahar
- Bauman, Z. (2007). *Tempos Líquidos*. (Tradução Carlos Alberto Medeiros) São Paulo: Zahar.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo*. Rio de Janeiro. Zahar
- Bauman, Z. (2009). *Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. (Tradução Carlos Alberto Medeiros). São Paulo: Zahar.
- Benvenuto, S. (2018). *What are perversions?: Sexuality, ethics, psychoanalysis*. Routledge.
- Caine, D., Fourtoun, X., Koman, G., Rendle-Short, H., & Wright, C. (2017). Introduction: Mapping Perversion in the Contemporary World. In D. Caine & C. Wright (Orgs.), *Perversion Now!* (p. 1–22). Cham: Springer International Publishing.
- Calligaris, C. (1986). *Perversão—um laço social*. Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan.
- Castro, J. C. L. de, & Castro, J. C. L. de. (2018). Père-veresion: A relativização do Nome-do-Pai. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 21(2), 233–243.
- Chaves, M. E. (2018). Estruturas clínicas em psicanálise : um recorte. *Reverso*, (76), 55–62.
- Chasseguet-Smirgel, J. (1991) *Ética e Estética da Perversão*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho Original Publicado em 1984).
- Chemama, R. (1995). *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Chemama, R. (2002). *Elementos lacanianos para uma psicanálise no cotidiano*. CMC.
- Cury, B. de M., & Salomon, V. V. M. (2011). Um olhar humanista da perversão. *Revista do NUFEN*, 3(1), 154–162.
- Drawin, C., & Moreira, J. (2018). A Verleugnung em Freud: análise textual e considerações hermenêuticas. *Psicologia USP*, 29(1), 87–95.
- Downing, L. (2011). Perversion, historicity, ethics. In D.Nobus & L. Downing (Orgs) *Perversion: Psychoanalytic Perspectives*. (p.149-164). London: Karnac.

- Dufour, D.R (2005) *A arte de reduzir cabeças: sobre a nova servidão da sociedade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Dufour, D.R (2009) *O divino mercado: a revolução cultural liberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Dufour, D.R (2013) *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Dunker, C. (2016). *Por que Lacan?* São Paulo: Zagodoni
- Ferraz, F. C. (2017). *Perversão* (Coleção Clínica Psicanalítica) (7^o ed). Pearson Clinical Brasil.
- Freud, S. (2010). *Além do Princípio do Prazer*. (Trad. Paulo César de Souza). São Paulo: Obras Completas (Vol.14, p. 161-238). Companhia das Letras. (Trabalho Original Publicado em 1920).
- Freud, S. (2010). *Mal-Estar na Civilização*. (Trad. Paulo César de Souza). São Paulo: Obras Completas (Vol.18, p. 191-270). Companhia das Letras. (Trabalho Original Publicado em 1930)
- Freud, S. (2011). *A organização genital infantil*. (Trad. Paulo César de Souza). Obras Completas. (Vol.16, p.168-174). São Paulo: Companhia das Letras (Trabalho Original Publicado em 1923)
- Freud, S. (2014). *O fetichismo*. (Trad. Paulo César de Souza). Obras Completas. (Vol.17, p. 302-310). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho Original Publicado em 1927)
- Freud, S. (2016). *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*. (Trad. Paulo César de Souza) São Paulo: Obras Completas. (Vol. 6, p. 13-172). Companhia das Letras (Trabalho Original Publicado em 1905).
- Freud, S. (2017). *Batem Numa Criança*. (Trad. Paulo César de Souza). Obras Completas. (Vol.14, p.293-323). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho Original Publicado em 1919)
- Freud, S. (2019). *As pulsões e seus destinos* (Edição Bilingue) Obras Incompletas de Sigmund Freud. (p.13-72). Belo Horizonte: Autêntica (Trabalho Original Publicado em 1915).
- Foucault, M. (2014a). *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. (Trad. Maria Thereza Costa de Albuquerque) São Paulo: Paz & Terra. (Trabalho Original Publicado em 1984)
- Foucault, M. (2014b). *Vigiar e Punir*. (42^a ed). São Paulo: Vozes (Trabalho Original Publicado em 1975)
- Furtado, M.A & Szapiro, A,M (2016). Novos dispositivos de subjetivação: o mal estar na cultura contemporânea. *Polis e Psique*, 5(3), 166-185.
- Gaspar, F & Braga, E (2016). O conceito de perversão para a psicanálise freudiana. *Revista Brasileira de Ciências da Vida*, 3(2).
- Garcia-Rosa, L.A (2015). *O Mal Radical em Freud*. São Paulo: Zahar

- Gessert, A. (2017). *Exploring Transgression from a Lacanian Perspective*. In D. Caine & C. Wright (Orgs.), *Perversion Now!* (p. 35–44). Cham: Springer International Publishing.
- Gros, F. (2018). *Desobedecer*. São Paulo: UBU
- Hanss, L. (1996) *Dicionário do alemão de Freud*. Rio de Janeiro. Imago
- Hoffmann, C. (2014). Le lien social pervers. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(3 suppl 1), 666–672.
- Khan, M. (1979). *Alienation in perversions*. London: Karnac Books
- Knafo, D., & Bosco, R. Lo. (2016). *The age of perversion: Desire and technology in psychoanalysis and culture*. New York: Routledge
- Kraft-Ebing, R.V. (2001). *Psychopathia Sexualis*. (Trad. Cláudia Berliner). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho Original Publicado em 1896).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, Livro 8: A transferência* (Trad. Vera Ribeiro). São Paulo: Zahar (Trabalho Original Publicado em 1961-1962).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, Livro 4: A relação de Objeto*. (Trad. Cláudia Berliner). São Paulo: Zahar. (Trabalho Original Publicado em 1956-1957).
- Lacan, J (1999). *O Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente*. (Trad. Vera Ribeiro) São Paulo: Zahar (Trabalho Original Publicado em 1957-1958)
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, Livro 16: De um Outro ao outro*. (Trad. Vera Ribeiro). São Paulo: Zahar. (Trabalho Original Publicado em 1968-1969).
- Lacan, J. (2016). *O Seminário, Livro 6: o desejo e sua interpretação* (Trad. Cláudia Berliner). São Paulo: Zahar. (Trabalho Original Publicado em 1958-1959)
- Lannes, C. (2012) Dor de existir: o objeto perdido para sempre. *Cadernos de Psicanálise*, 34(26), 13-24.
- Lebrun, J.P. (2008). *A perversão comum: viver juntos sem Outro*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Liotard, J.F (1986) *A condição pós-moderna*. São Paulo: José Olympio
- Marcuse, H (1999) *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. São Paulo:LTC
- Mazaleigue-Labaste, J. (2014). *Les déséquilibres de l'amour. La genèse du concept de perversion sexuelle, de la Révolution française à Freud*. Ithaque.
- McDougall, J. (2013). *Teatros do corpo: O psicossoma em psicanálise*. (3ª Ed). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho Original Publicado em 1978)
- McDougall, J. (2015). *Teatros do Eu. Ilusão e Verdade na Cena Psicanalítica* (2ª ed). São Paulo: Zagodoni. (Trabalho Original Publicado em 1995)

- Merrick, W.A. (2016). Changes in Diagnostic Criteria for Paraphilic Disorders. *Archives of Sexual Behavior*, 45(8), 2173-2179.
- Miller, A. (1997). *O drama da criança bem dotada: como os pais podem formar (e deformar) a vida emocional dos filhos*. São Paulo: Summus.
- Moser, C. (2016). DSM-5 and the Paraphilic Disorders. *Archives of Sexual Behavior*, 45(8), 2181-2186.
- Naso, R.C & Mills, J. (2016). *Humanizing Evil: Psychoanalytic, Philosophical and Clinical Perspectives*. New York: Routledge
- Nedoh, B (2019) *Ontology and Perversion; Deleuze, Agamben, Lacan*. London: Rowan & Litfield.
- Nobus, D. & Downing, L (2011). *Perversion: Psychoanalytic Perspectives*. London: Karnac.
- Nobus, D. (2018). Locating perversion, dislocating psychoanalysis. In: *Perversion - Psychoanalytic Perspectives* (p.3-18). New York: Routledge.
- Oliveira, C. (2016). Freud, a sexualidade perverso-polimorfa e a crítica ao discurso da degenerescência: revisitando tensões entre psicanálise e psiquiatria. *Ágora*, 19(1), 53-67
- Pires, A. L. de S., Pires, A. L. de S., Bicalho, C. F. S., Vergara, E. M. de M., Fonseca, M. C. B., & Laender, N. R. (2004). Perversão: Estrutura ou Montagem? *Reverso*, 26(51), 43-50.
- Pena, B.F. (2017). Desejo roubado: capitalismo contemporâneo e mais-de-gozar. *Reverso*, 39(74), 75-82.
- Quinet, A (1991). *As 4 + 1 condições da análise*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Quinet, A (2012). *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Ross, F. (2013). *Perversion: a Jungian Approach*. London: Karnac.
- Roudinesco, E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. São Paulo: Zahar.
- Santos, A. B. dos R., & Besset, V. L. (2013). A perversão, o desejo e o gozo: articulações possíveis. *Estudos de Psicologia*, 30(3), 405-413.
- Santos et.al (2019). Corpo, saúde e sociedade de consumo: a construção social do corpo saudável. *Saúde e Sociedade*, 18(3), 239-252.
- Sequeira, V. C. (2009). Pedro e o Lobo: O Criminoso Perverso e a Perversão Social. *Psicologia: Teorias e Pesquisa*, 25(2), 221-228.
- Silva (2019). A homologia entre mais-valia e mais-de-gozar nas bases da subjetividade capitalista. *Ágora*, 22(1), 123-133.
- Silva Junior, N. da, & Lirio, D. R. (2006). A recodificação pós-moderna da perversão. Sobre a produção do comportamento de consumo e sua gramática libidinal. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(1), 65-78.

- Soler, C. (2009). La perversion généralisée. *La clinique lacanienne*, 16(2), 117-127.
- Souto, D'Agard & Sgarioni (2014). Gozo e mais-de-gozar: do mito à estrutura. *Clínica e Cultura*, 3(1), 34-44.
- Stoller, R (2015). *Perversão: A forma erótica do ódio*. (Trad. Maria Lúcia L.da Sliva). São Paulo: Hedra. (Trabalho Original Publicado em 1975).
- Susini, M.L (2006). *O autor do crime perverso*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Winnicott, D.W (2013). *A família e o desenvolvimento individual*.(3ªed) (Trad. Marcelo Brandão Cipolla) São Paulo: Martins Fontes (Trabalho Original Publicado em 1965)
- Worthington, A., By, E., Caine, D., & Wright, C. (2017). Perversion Now. Em. D. Caine & C. Wright (Orgs.), *Perversion Now!* (p. 45–55). Cham: Springer International Publishing.
- Wright, S (2014). Kinky Parents and Child Custody: The Effect of the DSM-5 Differentiation Between the Paraphilias and Paraphilic Disorders. *Archives of Sexual Behavior*, 43(7), 1257-1258.
- Zilli, B. (2018). *A perversão domesticada: Bdsm e o consentimento sexual*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.
- Zizek, S. (2010). *Como ler Lacan?* (Tradução Maria Luiza X. de A.Borges) Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho Original Publicado em 2006)
- Zizek, S. (2014). *Violência: Seis Reflexões Laterais* (Tradução Miguel Serras Pereira) São Paulo: Boitempo. (Trabalho Original Publicado em 2008)
- Zizek, S. (2016). *O Sujeito Incomodo: o centro ausente na ontologia política*. (Tradução Luigi Barichello). São Paulo: Boitempo. (Trabalho Original Publicado em 1999).